



bases

FUNDAÇÃO BANE B DE
SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO ANUAL 2013



planejar para viver melhor

Órgãos Estatutários

Diretoria Executiva

Dirlene Rios da Silva

Presidente

Jorge Luiz de Souza

Diretor Administrativo e Financeiro

Ednaldo Moitinho Alves

Diretor de Seguridade

Conselho Deliberativo

Lauzimar Gomes Lima- Presidente

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza

Eduardo Augusto Furtado Correa

Ezequiel dos Anjos

José Aziz Raimundo Filho

Fernando Santos Braga (Suplente)

José Leandro Gomes (Suplente)

Mirian Pinho Oliveira Rosa (Suplente)

Reynaldo Marques de Souza (Suplente)

Conselho Fiscal

Magnoneide Matos da Silva- Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho

Silvadir Duarte Amazonas Pedroso

José Hamilton de Oliveira Castro (Suplente)

Odeval Fonseca Araújo (Suplente)

Tânia Maria Cardoso Santos (Suplente)

SUMÁRIO

Palavra da Diretoria	4
Destaques 2013	5
Entenda os documentos a seguir	7
Gestão de Benefícios	8
- Quadro de participantes	
- Folha de Benefícios	
- Receitas	
Gestão de Investimentos	9
- Demonstrativo dos Investimentos	
- Rentabilidade	
- Mercado Financeiro	
- Distribuição dos Investimentos	
- Análise da Rentabilidade dos Segmentos	
- Resumo da Política de Investimentos	
- Custos com Administração de Recursos	
Demonstrações Contábeis	16
- Balanço Patrimonial Consolidado	
- Demonstração do ativo líquido por plano	
- Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada	
- Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano	
- Demonstração da Provisões Técnicas por Plano	
- Demonstração Consolidada do Plano de Gestão Administrativa (PGA)	
- Despesas Administrativas	
- Notas Explicativas �s Demonstrações Contábeis	
Pareceres e Relatórios	34
- Demonstrações Atuariais do Plano Básico	
- Parecer Atuarial do Plano Básico	
- Demonstrações Atuariais do Plano Misto	
- Parecer Atuarial do Plano Misto	
- Relatório dos Auditores Independentes	
- Parecer do Conselho Fiscal	
- Manifesta�o do Conselho Deliberativo	

Palavra da Diretoria

Prezado Participante,

Para nós, da Diretoria Executiva, é uma satisfação chegar ao mês de abril, pois sabemos que por meio deste Relatório Anual estaremos ainda mais próximos de você, relembrando os principais momentos do ano passado e compartilhando responsabilidades e conquistas.

As informações contidas neste documento têm o objetivo de demonstrar o desempenho da BASES no ano de 2013, não só no que diz respeito aos aspectos econômicos, como também aos fatores de governança e transparência, que permitiram importantes avanços institucionais.

A BASES encerrou 2013 com aproximadamente R\$795 milhões em recursos garantidores nos dois planos de benefícios que administra. Se comparado a 2012, houve uma evolução de cerca de R\$ 13 milhões a mais. Mesmo sendo uma evolução modesta, devemos considerá-la importante, sobretudo se levarmos em conta que 2013 foi um ano marcado por turbulências econômicas, com a redução da taxa de juros Selic, que impactou diretamente na remuneração dos títulos públicos.

Em 2013, a BASES aperfeiçoou seus processos de gestão e controle de riscos. A entidade continuou cumprindo seu importante papel de garantidor de aposentadorias seguras e de financiador do crescimento econômico.

Para 2014, a Diretoria Executiva e Conselhos Deliberativo e Fiscal permanecerão trabalhando para garantir as melhores práticas de gestão da nossa Entidade. Sua participação é fundamental nesta trajetória.

Nosso desejo é que você confira cada informação e procure compreender o desempenho e o progresso da Fundação, para que fique claro o compromisso da Entidade com o futuro almejado para todos os participantes e assistidos.

Diretoria executiva da BASES

Dirlene Rios da Silva – Presidente

Ednaldo Moitinho Alves – Diretor de Seguridade

Jorge Luiz de Souza – Diretor Administrativo e Financeiro

Destaques

O ano de 2013 foi marcado por fatos importantes. Citamos, especialmente, alguns momentos de grande relevância para a BASES, a exemplo do lançamento da nossa nova marca, que agrega os valores e a missão da Entidade através de um layout mais moderno, harmônico e condizente com o papel da Fundação.

O ponto de partida para a concepção da marca surgiu da ideia de fortalecer a imagem da BASES, sem esquecer suas origens. Afinal, são quase 30 anos de uma história que não poderia jamais ficar esquecida no passado. A modernização da marca reforça nosso compromisso com o futuro da Entidade e com os participantes.

Destacamos, também, a mudança do Regulamento de Empréstimo. Fizemos algumas modificações no Regulamento com o objetivo de adequá-lo à realidade do sistema de previdenciário brasileiro. Entre as mudanças estão a redução gradual do prazo de amortização para os participantes acima de 70 anos de idade e o aumento do teto de concessão do empréstimo, que passou a ser de até cinco salários/benefícios brutos. Pelo Regulamento anterior o valor máximo era de até quatro salários/benefícios.

Também contratamos uma consultoria especializada que deu início a um estudo para revisar o Estatuto e os Regulamentos dos Planos de Benefícios. A intenção é deixar as regras mais claras e transparentes, evitando diferentes interpretações e garantindo ao participante a certeza de

uma gestão correta dos recursos. Internamente também foi criado um grupo de estudo para analisar as propostas da consultoria e verificar se estão de acordo com a legislação vigente.

Instituímos o cartão corporativo para a Diretoria Executiva, com a finalidade de reduzir gastos nos processos de aquisições de passagens aéreas e hospedagem e, também, facilitar os pagamentos de outras despesas em viagens, congressos e seminários dos membros dos órgãos estatutários e funcionários da BASES. Com o cartão, os custos de tarifas e taxa de administração com as aquisições em viagens e passagens, que antes eram realizadas através de agência de viagens, deixaram de existir, gerando uma economia de cerca de 20% para a Fundação.

Outro resultado importante com o uso dos cartões corporativos é um maior controle no pagamento das despesas realizadas com os mesmos, pois os vencimentos são concentrados em uma única data, facilitando uma melhor gestão no fluxo dos pagamentos.

Em 2013, a BASES foi novamente eleita como membro do Conselho Deliberativo da Abrapp - Associação Brasileira de Entidades de Previdência Complementar, na eleição realizada no final de dezembro. A união das entidades tem contribuído de forma significativa para promover o intercâmbio de experiências e melhores práticas adotadas pelas associadas, além de propiciar a defesa dos interesses comuns junto aos órgãos fiscalizadores.

Destaques

Em relação aos Recursos Humanos, destacamos ações voltadas para o desenvolvimento, capacitação e valorização dos empregados da nossa entidade, inclusive em relação a ajustes de salários que eram defasados em comparação ao mercado. Também demos início, através da área Controles Internos, a elaboração do primeiro Plano de Gestão de Carreira da BASES, que busca alcançar os equilíbrios internos e externos, através da definição das atribuições, deveres e responsabilidades de cada cargo e os seus níveis salariais, além de ser uma ferramenta de aumento de performance e melhoria nos resultados efetivos.

Em 2013, a BASES continuou ampliando o relacionamento com o participante. Visitamos diversas cidades através do Programa Estreitando Laços com o Participante, oportunidade em que a Diretoria Executiva explica, pessoalmente, medidas e estratégias adotadas para o cumprimento dos compromissos assumidos.

No aspecto econômico-financeiro, 2013 foi mais um ano difícil para os fundos de pensão. Pressionados pela baixa rentabilidade dos ativos, pelo aumento da longevidade e pelas reduções da taxa de juros de desconto atuarial impostas pela CNPC 09/12, as fundações assistiram, ao longo de 2013, a um significativo incremento de seus passivos atuariais.

O desempenho ruim tanto das aplicações em renda variável quanto da renda fixa em 2013 fez com que a maior parte das fundações brasileiras fechasse o período com rentabilidade negativa. A Abrapp in-

formou que no ano passado, os fundos de pensão tiveram uma rentabilidade média negativa de 1,62%, ante uma meta de rentabilidade de 11,57% para o período.

Nesse contexto, a BASES traçou estratégias de curto, médio e longo prazos para promover mudanças em sua estrutura administrativa, com o intuito de aperfeiçoar o processo decisório e o monitoramento constante dos investimentos. Um exemplo foi a atualização do estudo de ALM (gestão integrada do ativo com o passivo), ferramenta de gestão atuarial e financeira que define a melhor alocação dos investimentos de acordo com a necessidade de cada plano de benefício.

O desempenho do mercado financeiro impactou na performance dos investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela BASES. Ainda assim, a Entidade superou a média de rentabilidade da maior parte das Entidades Fechadas de Previdência Complementar em 2013. O Plano Misto obteve uma rentabilidade de 7,59%, contra uma meta atuarial de 10,81%. No caso do Plano Básico, a rentabilidade foi de 7,40%, contra uma meta atuarial de 10,85%.

Fazemos uma gestão séria e ponderada, na busca constante por eficiência na administração de nossos planos e transparência na comunicação. Neste sentido, o presente Relatório Anual não é a simples apresentação de nossas realizações ao longo de 2013, mas o agradecimento da BASES pela confiança de todos e a renovação de nosso compromisso com cada um de nossos participantes. ■

Entenda os documentos a seguir

>> **Demonstrativo de Investimentos** revela a alocação de recursos da Entidade, os limites de alocação atual versus o que foi definido pela política de investimentos e a legislação vigente, os recursos com gestão terceirizada, a rentabilidade dos investimentos por segmento (renda fixa, renda variável, etc.), a diferença entre a rentabilidade do segmento e a meta atuarial da Entidade, os custos de gestão dos recursos e as modalidades de aplicação.

>> **Política de investimentos** é um documento de periodicidade anual que apresenta diversas informações auxiliam na avaliação dos recursos investidos, na escolha das instituições financeiras que vão administrar os investimentos e na avaliação dos limites de risco de mercado e de crédito, por exemplo.

>> **Custos com Administração de Recursos** mostra os valores que incidem sobre o patrimônio do fundo e cobre despesas com a administração dos recursos. Envolve a remuneração de gestores dos recursos.

>> **Balanço Patrimonial** apresenta a posição financeira e patrimonial da Entidade em 31 de dezembro, representando, portanto, uma posição estática. O ativo é o conjunto de bens, direitos e aplicações de recursos e o passivo compreende as obrigações para com os participantes e terceiros.

>> **Demonstração do Ativo Líquido por Plano** evidencia a composição do ativo líquido do plano de benefícios no exercício a que se referir, apresentando saldos de contas do ativo e passivo.

>> **Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada** apresenta a movimentação do patrimônio social da Entidade através das adições (entradas) e deduções

(saídas) de recursos.

>> **Demonstração da Mutação do Ativo Líquido Por Plano** apresenta a movimentação do ativo líquido do plano de benefícios através das adições (entradas) e deduções (saídas) de recursos.

>> **Demonstração das Provisões Técnicas Por Plano** representam a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios da Entidade.

>> **Demonstração do Plano de Gestão Administrada Consolidada** revela a atividade administrativa da Entidade apresentando a movimentação do fundo administrativo através das receitas, despesas e rendimento obtido no exercício a que se referir.

Observação: As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações cont be.

>> **Parecer Atuarial** é um relatório preparado por um profissional especializado em previdência (atuário), que apresenta estudos técnicos sobre o plano de previdência. Seu objetivo é avaliar a situação financeiro-atuarial da Entidade, com fins específicos de preservar a liquidez, a solvência e o equilíbrio dos Planos de modo a honrar o pagamento dos benefícios presentes e futuros.

>> **Hipóteses Atuarias** são informações estatísticas sobre os participantes de um fundo de pensão, que determinam as características da massa de participantes e da Entidade, os objetivos pretendidos e os benefícios a conceder. Com base nas premissas são calculadas as aposentadorias e os recursos financeiros necessários à cobertura dos benefícios futuros.

Quadro de Participantes

A BASES encerrou o exercício de 2013 com um total de 2.209 participantes, distribuídos entre os seus planos de benefícios. Desse total, 1.407 são assistidos (pessoas que estão recebendo benefícios), 761 ativos e 41 autopatrocinados. A seguir apresentamos quadro demonstrativo do número de participantes:

Participantes	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	128	134	633	668	761	802
Autopatrocinados	12	10	29	33	41	43
Assistidos	1.142	1.137	265	249	1.407	1.386
Tempo de Serviço	590	591	44	41	634	632
Invalidez	349	349	169	160	518	509
Pré-Invalidez	0	0	37	34	37	34
Idade	9	10	1	0	10	10
Pensionistas	194	187	14	14	208	201

Folha de Benefícios

As despesas previdenciais com a folha de benefícios no ano de 2013 foram de R\$ 48.871.620,33. A folha do Plano Básico totalizou R\$ 41.049.698,35 e a folha do Plano Misto, R\$ 7.821.921,98. A seguir, os quadros com a comparação entre os anos de 2012 e 2013.

PLANO BÁSICO			PLANO MISTO		
TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR		TIPO DE BENEFÍCIO	VALOR	
	2013	2012		2013	2012
Tempo de Serviço	28.491.819,23	26.913.877,81	Tempo de Serviço	1.169.921,28	960.661,59
Idade	106.262,46	101.853,32	Idade	44.132,55	-
Invalidez	6.915.648,97	6.559.448,72	Invalidez	5.644.652,01	5.002.196,18
Pré-Invalidez	-	-	Pré-Invalidez	629.343,94	587.755,47
Pensão	5.535.967,69	4.899.615,70	Pensão	333.872,20	310.918,70
Total (R\$ mil)	41.049.698,35	38.474.795,55	Total (R\$ mil)	7.821.921,98	6.861.531,94

Receitas

As receitas dos Planos de Benefícios são representados pelas contribuições dos patrocinadores, participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

PLANO BÁSICO	2013	2012	PLANO MISTO	2013	2012
CONTRIBUIÇÕES	VALOR		CONTRIBUIÇÕES	VALOR	
Ativos	337.145,39	324.196,21	Ativos	1.915.104,40	1.867.120,03
Assistidos	2.303.565,72	2.175.659,96			
Patronal	775.706,45	763.333,15	Patronal	1.290.649,84	1.270.161,11
Total (R\$ mil)	3.416.417,56	3.263.189,32	Total (R\$ mil)	3.205.754,24	3.137.281,14

Demonstrativo de Investimentos

CONSOLIDADO		2012		2013	
SEGMENTO	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
Renda Fixa	728.517.248	93,09%	717.915.776	93,00%	
Renda Variável	66.600	0,01%	-	-	
Imóveis	40.585.193	5,19%	39.926.516	5,17%	
Estruturados	-	-	98.165	0,01%	
Empréstimos	13.444.447	1,72%	14.016.655	1,82%	
Total dos Recursos Garantidores	782.613.489	100,00%	771.957.112	100,00%	
PLANO DE BENEFÍCIO		2012		2013	
SEGMENTO	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
Plano Básico- Benefício Definido	549.765.099	100,00%	535.730.218	100,00%	
Renda Fixa	501.470.783	91,22%	487.771.285	91,05%	
Renda Variável	66.600	0,01%	-	-	
Imóveis	40.585.193	7,38%	39.926.516	7,45%	
Estruturados	-	-	98.165	0,02%	
Empréstimos	7.642.523	1,39%	7.934.252	1,48%	
PLANO DE BENEFÍCIO		2012		2013	
SEGMENTO	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
Plano Misto- Contribuição Definida	232.848.390	100,00%	236.226.894	100,00%	
Renda Fixa	227.046.466	97,51%	230.144.490	97,43%	
Empréstimos	5.801.924	2,49%	6.082.403	2,57%	
PLANO DE BENEFÍCIO		2012		2013	
SEGMENTO	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
PGA - Plano de Gestão Administrativa	12.153.901	100,00%	12.828.707	100,00%	
Renda Fixa	12.153.901	100,00%	12.828.707	100,00%	
LISTAGEM DOS ATIVOS		2012		2013	
	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
Total dos Investimentos da BASES	782.613.489	100,00%	795.935.695	100,00%	
Conta corrente- Banco Bradesco/CEF	43.515	0,01%	144.416	0,02%	
Bradesco FI Multimercado FEB BD	472.229.710	60,34%	472.870.153	59,41%	
Bradesco FI Multimercado FEB II CD	227.045.495	29,01%	236.491.028	29,71%	
CDB Caixa Econômica Federal	29.198.530	3,73%	31.608.333	3,97%	
Carteira própria de ações	66.600	0,01%	-	0,00%	
Estruturados	-	-	98.165	0,01%	
Imóveis	40.585.193	5,19%	39.926.516	5,02%	
Empréstimos	13.444.447	1,72%	14.797.085	1,86%	
GESTÃO TERCEIRIZADA		2012		2013	
	R\$	ALOCÇÃO	R\$	ALOCÇÃO	
Bradesco FI Multimercado FEB BD	472.229.710	67,53%	472.870.153	66,66%	
Bradesco FI Multimercado FEB II CD	227.045.495	32,47%	236.491.028	33,34%	
Total da gestão terceirizada	669.275.204	89,35%	709.361.181	89,12%	
Total dos Investimentos da BASES	782.613.489	100,00%	795.935.695	100,00%	

Rentabilidade

	Plano Básico	Atuarial		Plano Misto	Atuarial
Ano	Rentabilidade	Rentabilidade	Ano	Rentabilidade	Rentabilidade
2012	9,26%	11,51%	2012	9,88%	13,20%
2013	7,40%	10,85%	2013	7,59%	10,81%

RENTABILIDADE	2013	
	Bruta %	Líquida %
Plano Básico - Benefício Definido	7,41	7,40
Segmento de Renda Fixa	8,25	8,24
Segmento de Renda Variável	6,71	6,70
Segmento de Imóveis	7,12	7,11
Segmento de Empréstimos	15,98	15,96
CDI	8,05	
IBVSP	-15,50	
Meta Atuarial (INPC+5% a.a.)	10,85	

RENTABILIDADE	2013	
	Bruta %	Líquida %
Plano Misto - Contribuição Definida	7,60	7,59
Segmento de Renda Fixa	8,15	8,14
Segmento de Renda Variável	-	-
Segmento de Imóveis	-	-
Segmento de Empréstimos	16,37	16,35
Segmento de Estruturados	32,52	32,49
CDI	8,05	
IBVSP	-15,50	
Meta Atuarial (IGPM+5% a.a.)	10,81	

RENTABILIDADE	2013	
	Bruta %	Líquida %
PGA – Plano de Gestão Administrativa	8,05	8,04
Segmento de Renda Fixa	8,05	8,04
CDI	8,05	
IBVSP	-15,50	
Meta Atuarial (CDI)	8,05	

Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado	Empresa Responsável pela Auditoria de Gestão
Jorge Luiz de Souza Diretor Administrativo e Financeiro Tel: (71) 3319-6300	Performance Auditoria e Consultoria Empresarial CNPJ: 41.968.512 / 0001-23 Tel: (71) 3113-4500

Mercado Financeiro

O ano de 2013 foi difícil para o mercado, principalmente para as Instituições de Previdência Complementar, pois as taxas de juros das notas do governo, maior concentrador de ativos, abriram muito para alta, e as bolsas tiveram seus resultados negativos em -15,5%. Para se ter uma ideia da volatilidade do mercado, o sistema de Previdência Complementar terminou o exercício de 2013 com a pior rentabilidade da história, ficando abaixo, até mesmo, do catastrófico ano de 2008, que registrou rentabilidade média negativa de -1,62%. A BASES obteve em 2013 uma rentabilidade líquida positiva em torno de 7,40% nos investimentos do Plano Básico e 7,59% do Plano Misto.

No Brasil, as previsões de crescimento da economia começaram o ano bem mais conservadoras, onde o mercado aposta em um crescimento para o PIB em 2014 de aproximadamente 2,00%, a inflação estima-se que deverá ficar em torno de 6,00% no ano, e a SELIC se encontra, segundo os economistas, com previsão de fechamento anual em torno de 11,50%.

Diante das turbulências no decorrer do ano e apesar da diminuição da volatilidade nos mercados em dezembro, a BASES manteve uma postura ainda mais conservadora na gestão dos seus investimentos.

O desempenho do mercado financeiro impactou na performance dos investimentos dos Planos de Benefícios administrados pela BASES. Alguns fatos que contribuíram negativamente para baixa rentabilidade dos Investimentos do Plano Básico:

- A exposição de 3,99% em cotas de renda variável dos fundos de investimentos que fazem parte da carteira de renda fixa, onde o Ibovespa desvalorizou -15,50% no ano;
- O percentual de 2,72% dos investimentos líquidos alocados em títulos públicos que estão marcados a mercado, pois registraram uma perda de agosto a dezembro/2013 de -6,31%;
- E o percentual de 57,03% dos investimentos líquidos alocados em títulos públicos que não sofreram a volatilidade porque estão marcados na curva, porém a correção destes títulos é IPCA + 4,15%aa inferior a meta atuarial do Plano que é INPC+5,00%aa.

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Benefício Definido, Plano Básico, nesse mesmo período, foi de 7,40%, contra uma necessidade atuarial (INPC+5% a.a.) de 10,85% no mesmo período, performando abaixo da meta do ano em 3,11%.

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Contribuição Definida, Plano Misto I, no ano de 2013, foi de 7,59%, contra uma necessidade atuarial (IGPM+5% a.a.) de 10,81% no mesmo período, performando, assim, abaixo da meta atuarial do ano em 2,91%.

Tendo em vista a forte volatilidade verificada nos mercados, especialmente no segundo semestre do ano de 2013, afetando tanto a renda fixa como a renda variável, a BASES conseguiu um desempenho satisfatório, quando comparado a grande maioria das EFPCs.

Apesar do resultado não ter sido o esperado, é prudente que mantenhamos a tranquilidade, pois o movimento de baixa observado nos mercados é cíclico e nossos compromissos são de longo prazo e não existe a necessidade da BASES se desfazer de nenhum ativo para suprir as suas despesas. O Plano Misto I obteve uma rentabilidade de 7,59%, contra uma meta atuarial de 10,81% (IGP-M+5,00%aa) no Plano Misto I.

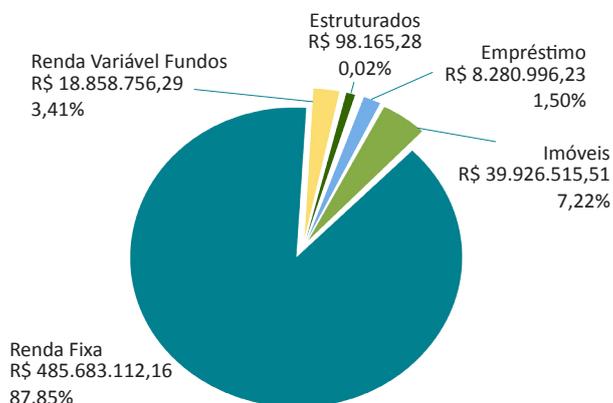
Por ser a BASES uma Entidade de Previdência Complementar que tem como objetivo realizar compromisso a longo prazo, é prudente que mantenhamos a tranquilidade, pois o movimento de baixa observado no mercado é cíclico, não necessitando realizar transações em papéis no dia a dia para acompanhamento da volatilidade. Lembramos, mais uma vez, que o nosso compromisso é de longo prazo.

A estratégia adotada pela Fundação é acompanhada e reavaliada constantemente, possibilitando que os eventuais desvios sejam corrigidos e que as mudanças no ambiente econômico sejam refletidas na Política de Investimentos, permitindo assim a boa condução da gestão dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas, sempre pensando em garantir os compromissos futuros.

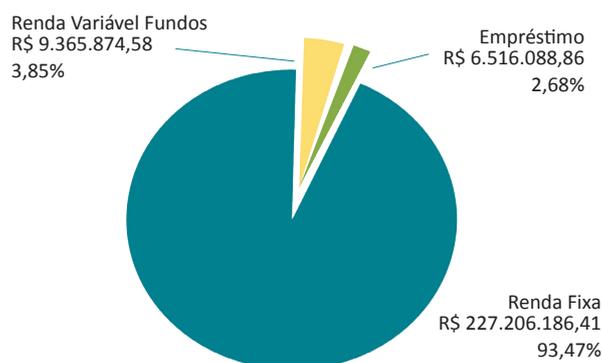
Todo esse acompanhamento reflete numa gestão transparente voltada ao objetivo primordial da BASES que é instituir e operar planos de benefícios previdenciários, destinados aos empregados, e seus beneficiários, dos Patrocinadores da Entidade, promovendo o bem-estar social e conforto financeiro dos seus participantes. Nosso trabalho está focado para, sempre, superar as metas atuariais, isto é condição primordial quando se fala em gestão de investimentos.

Distribuição dos Investimentos

Os investimentos líquidos do Plano Básico apresentaram uma evolução equivalente a R\$ 3,08 milhões em dezembro/2013 com relação a dezembro/2012, o que representa um percentual de 0,56%, atingindo um montante de R\$ 552.847.545,47. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo.



Em dezembro de 2013, os investimentos líquidos do Plano Misto apresentaram uma evolução equivalente a R\$ 1,37 milhões em relação a dezembro/2012, o que representa uma evolução de 4,40%, atingindo o montante de R\$ 243.088.149,85. A carteira esta distribuída conforme o gráfico abaixo:



Análise da Rentabilidade dos Segmentos

RENDA FIXA

O cenário doméstico sofreu com o ciclo de alta dos juros e o deságio dos títulos públicos, principalmente os de vencimentos mais longos. Trata-se de um “prejuízo” que não se realiza, mas de toda forma contabiliza, pois o ano de 2013 registrou a pior performance das EFPCs desde o ano de 1995, incluindo nesta comparação 2008, o ano da crise do subprime.

Plano Básico - A rentabilidade do segmento de Renda Fixa no ano foi de 8,24%, ficando acima do CDI em 0,18%, seu benchmark para a Política de Investimentos 2013. As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2013, saldo aproximado de R\$ 504,5 milhões, evoluindo 0,56% em relação ao apurado no encerramento do exercício de 2012.

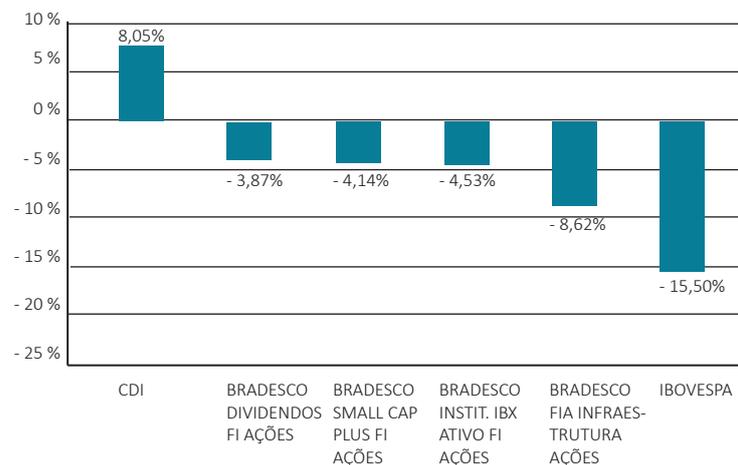
Plano Misto - A rentabilidade do segmento de Renda Fixa no ano foi de 8,14%, ficando acima do CDI, seu benchmark para a Política de Investimentos 2013, em 0,08%. As aplicações em ativos de Renda Fixa atingiram, no final do exercício de 2013, saldo aproximado de R\$ 237 milhões, evoluindo 4,40% em relação ao apurado no encerramento do exercício de 2012.

RENDA VARIÁVEL

O Ibovespa encerrou o último pregão de 2013 com ganhos de 0,47% e perdas acumuladas no ano de -15,50%, aos 51.507 pontos. O Ibovespa voltou aos patamares que lhes eram comuns em 2009, um ano depois da grave crise do subprime que assolou as maiores economias do planeta. Grande parte deste desempenho negativo se deve ao movimento visto na bolsa brasileira durante o primeiro semestre quando o Ibovespa conheceu seu pior desempenho desde o segundo semestre de 2008. Mas, além disso, o índice só conseguiu registrar alta em apenas 4 dos 12 meses de pregão, sendo que o mês de maiores ganhos foi setembro, com alta pouco superior a 4,5%. VER

Nem no último mês do ano, que costuma ser um período positivo para o benchmark da bolsa brasileira, o otimismo prevaleceu. Em dezembro, o benchmark da bolsa brasileira alcançou sua terceira queda desde 1995, intensificando as análises de que o ano, de um modo geral, realmente não foi bom para quem investiu na Bovespa, ao fechar com variação negativa de 1,86%, marcando uma sequência de 2 meses no vermelho.

A alocação da BASES em renda variável é pequena quando comparamos ao total dos investimentos. Vale salientar que a renda variável é através do fundo BRADESCO FI MULTIMERCADO FEB BD, fazendo parte da carteira de renda fixa do fundo que fechou o ano com um saldo de R\$ 18.858.756,29 correspondendo a 3,74% do segmento consolidado de renda fixa. A rentabilidade apurada no ano foi de -4,91%, ficando abaixo em 1,70% do seu benchmark (IBX) que variou 3,13% no ano. Esse montante está aplicado em cotas de renda variável, conforme gráfico abaixo:



IMÓVEIS

O segmento de imóveis ficou abaixo do seu benchmark (INPC+5%aa), no ano, em 3,52%. O saldo dos investimentos em imóveis foi de aproximadamente R\$ 39,92 milhões, com diminuição de 1,49% em relação ao saldo encerrado no exercício de 2012, representando 7,22% do total dos investimentos. Sua rentabilidade foi de 6,95%.

EMPRÉSTIMOS A PARTICIPANTES

Plano Básico - O segmento de empréstimos a participantes ficou acima do seu benchmark (INPC+5%aa) em 4,61% no ano. A carteira de empréstimos a participantes atingiu o montante aproximado de R\$ 8,28 milhões, com involução de 1,62% em relação ao encerramento do exercício anterior, representando 1,50% em relação ao total dos investimentos. A rentabilidade do segmento em 2013 foi de 15,96%.

Plano Misto - O segmento de empréstimos a participantes ficou acima do seu benchmark (IGPM+5%aa) em 5,00% no ano. A carteira de empréstimos a participantes atingiu o montante aproximado de R\$ 6,52 milhões, com incremento de 12,31% em relação ao encerramento do exercício anterior, representando 2,68% em relação ao total dos investimentos líquidos do Plano. A rentabilidade em 2013 do segmento de empréstimos a participantes foi de 16,35

Política de Investimentos

A Política de Investimentos tem como objetivo direcionar as ações e processos na área de investimentos, visando a aplicação e gestão dos recursos financeiros dos planos de benefícios, de forma a atender aos compromissos com pagamentos de benefícios de natureza vitalícia a todos os participantes, assistidos e beneficiários, dos respectivos planos.

São considerados elegíveis os ativos e veículos de investimentos permitidos pela legislação em vigor, em especial a Resolução nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

Os resumos das Políticas de Investimentos, para o ano de 2014, dos Planos de Benefício e Plano de Gestão Administrativa, abaixo descritos, foram extraídos das Políticas de Investimentos dos respectivos planos administrados pela BASES, elaboradas pelo Comitê de Investimentos, analisadas pela Diretoria Executiva e aprovadas pelo Conselho Deliberativo da Entidade em 1º de novembro de 2013.

A Política de Investimentos para o ano de 2014 está publicada na íntegra no site www.bases.org.br.

QUADRO RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS PARA O ANO DE 2014

TAXA MÍNIMA/ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	PLANO	TAXA DE JUROS
01/2014 a 12/2014	INPC	Plano de Benefício Definido - Básico CNPB: 19.860.002-65	5,00%
01/2014 a 12/2014	IGP-M	Plano Misto de Benefícios Previdenciários CNPB: 19.980.037-11	5,00%
01/2014 a 12/2014	DI-CETIP	Plano de Gestão Administrativa - PGA	0,00%

DOCUMENTAÇÃO RESPONSÁVEL

Aprovação na Ata da 265ª Reunião do Conselho Deliberativo, de 1º/11/2013

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

PERÍODO	SEGMENTO	NOME	CARGO
01/01/2014 a 31/12/2014	Plano	Jorge Luiz de Souza	Diretor Administrativo e Financeiro

CONTROLE DE RISCO

Na aplicação dos recursos, a Entidade Fechada de Previdência Complementar deve identificar, avaliar, controlar e monitorar os riscos, incluídos os riscos de crédito, de mercado, de liquidez, operacional, legal e sistemático, e a segregação das funções de gestão administrativa e custódia.

Entende-se Risco como sendo a igual probabilidade de que ameaças ao valor da carteira se concretizem em perdas efetivas.

Os principais tipos de riscos a serem tratados na gestão dos investimentos administrados pela BASES são:

Risco de Liquidação	Risco de Mercado	Risco de Preço ou Taxa
Risco de Crédito	Risco Liquidez	Risco Operacional

A BASES adotará procedimentos específicos para mitigar e controlar cada tipo de risco.

ALOCAÇÃO DE RECURSOS - Período de Referência: 01/2014 a 12/2014

SEGMENTO	LIMITE RES. 3.792	POLÍTICA INVESTIMENTOS	ALOCÇÃO ALVO	META DE RENTABILIDADE
Renda Fixa	100%	100%	80%	CDI
Renda Variável	70%	20%	20%	IBX
Investimentos Estruturados	20%	20%	5%	IGP-M + 5,00% a.a.
Investimentos no Exterior	10%	10%	5%	IGP-M + 5,00% a.a.
Imóveis	8%	8%	8%	IGP-M + 5,00% a.a.
Empréstimos a Participantes	15%	15%	5%	IGP-M + 5,00% a.a.

Custos com Administração de Recursos

PLANO BÁSICO

CUSTOS EXTERNOS	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL 2013	% SOBRE O PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS
	1º TRIM. 2013	2º TRIM. 2013	3º TRIM. 2013	4º TRIM. 2013		
TX ADM.	R\$135.238,25	R\$142.836,63	R\$124.650,22	R\$120.053,00	R\$522.778,10	0,0976%
PERFORMANCE	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
TX ANBID	R\$760,00	R\$1.520,00	R\$760,00	R\$760,00	R\$3.800,00	0,0007%
TX CETIP	R\$4.802,83	R\$4.649,30	R\$4.577,48	R\$4.433,58	R\$18.463,19	0,0034%
TX SELIC	R\$2.611,92	R\$2.554,19	R\$2.483,64	R\$2.402,37	R\$10.052,12	0,0019%
AUDITORIA	R\$-	R\$-	R\$4.664,00	R\$-	R\$4.664,00	0,0009%
CUSTÓDIA	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
ANDIMA	R\$-	R\$-	R\$-	R\$760,00	R\$760,00	0,0001%
CVM	R\$9.600,00	R\$9.600,00	R\$9.600,00	R\$-	R\$28.800,00	0,0054%
DESP. BMF	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
EMOL./CORRET.	R\$138,14	R\$-	R\$186,66	R\$318,56	R\$643,36	0,0001%
TOTAL CUSTOS EXTERNOS	R\$153.151,14	R\$161.160,12	R\$146.922,00	R\$128.727,51	R\$589.960,77	0,11%

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS R\$						R\$535.730.218
% CUSTO TRIMESTRAL TOTAL S/ PATRIMÔNIO	0,03%	0,03%	0,03%	0,02%	0,11%	

PLANO MISTO

CUSTOS EXTERNOS	1º SEMESTRE		2º SEMESTRE		TOTAL 2013	% SOBRE O PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS
	1º TRIM. 2013	2º TRIM. 2013	3º TRIM. 2013	4º TRIM. 2013		
TX ADM.	R\$65.058,38	R\$69.365,67	R\$61.283,18	R\$59.551,00	R\$255.258,23	0,1081%
PERFORMANCE	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
TX ANBID	R\$610,00	R\$1.220,00	R\$610,00	R\$610,00	R\$3.050,00	0,0013%
TX CETIP	R\$3.575,84	R\$3.717,97	R\$3.713,18	R\$3.575,83	R\$14.582,82	0,0062%
TX SELIC	R\$1.255,45	R\$1.238,57	R\$1.249,30	R\$2.174,35	R\$5.917,67	0,0025%
AUDITORIA	R\$-	R\$-	R\$4.500,00	R\$-	R\$4.500,00	0,0019%
CUSTÓDIA	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
ANDIMA	R\$-	R\$-	R\$-	R\$610,00	R\$610,00	0,0003%
CPMF	R\$7.680,00	R\$7.680,00	R\$7.680,00	R\$7.680,00	R\$30.720,00	0,0130%
DESP. BMF	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	R\$-	0,0000%
EMOL./CORRET.	R\$132,45	R\$341,57	R\$195,69	R\$228,40	R\$898,11	0,0004%
TOTAL CUSTOS EXTERNOS	R\$78.312,12	R\$83.563,78	R\$79.231,35	R\$74.429,58	R\$315.536,83	0,13%

PATRIMÔNIO DOS INVESTIMENTOS R\$						R\$236.226.894
% CUSTO TRIMESTRAL TOTAL S/ PATRIMÔNIO	0,03%	0,04%	0,03%	0,03%	0,13%	

Balanço Patrimonial

valores em R\$ mil

Ativo	exercício		Passivo	exercício	
	2013	2012		2013	2012
DISPONÍVEL	149	44	EXIGÍVEL OPERACIONAL	2.836	3.058
			Gestão Previdencial (Nota 9)	2.241	2.590
REALIZÁVEL	813.615	796.581	Gestão Administrativa (Nota 10)	582	468
Gestão Previdencial (Nota 5)	5.480	2.043	Investimentos (Nota 11)	13	-
Gestão Administrativa (Nota 6)	259	273			
Investimentos (Nota 7)	807.876	794.265	EXIGÍVEL CONTINGENCIAL	29.443	27.593
Créditos Privados e Depósitos	31.608	29.710	Gestão Previdencial (Nota 12)	6.206	6.117
Ações	0	67	Investimentos (Nota 13)	23.237	21.476
Fundos de Investimento	722.283	710.917	PATRIMÔNIO SOCIAL (Nota 14)	782.064	766.597
Investimentos Imobiliários	39.968	40.621	Patrimônio de Cobertura do Plano	768.030	753.197
Empréstimos	14.017	12.950	Provisões Matemáticas	735.712	699.637
			Benefícios Concedidos	536.065	513.165
			Benefícios a Conceder	199.647	186.472
PERMANENTE	579	623	Equilíbrio Técnico	32.318	53.560
Imobilizado (Nota 8)	579	623	Resultados Realizados	32.318	53.560
			Superávit Técnico Acumulado	32.318	53.560
			Fundos	14.034	13.400
			Fundo Previdencial	205	189
			Fundos Administrativos	13.074	12.582
			Fundos dos Investimentos	755	629
TOTAL DO ATIVO	814.343	797.248	TOTAL DO PASSIVO	814.343	797.248

Demonstração do ativo líquido por plano

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
1. Ativos	561.940	555.641	1,13
Disponível	63	43	46,51
Recebível	9.398	6.090	54,32
Investimento	552.479	549.508	0,54
Créditos Privados e Depósitos	31.608	29.198	8,25
Ações	0	67	(100,00)
Fundos de Investimento	472.968	472.230	0,16
Investimentos Imobiliários	39.968	40.621	(1,61)
Empréstimos	7.935	7.392	7,35
2. Obrigações	22.945	21.592	6,27
Operacional	377	388	(2,84)
Contingencial	22.568	21.204	6,43
3. Fundos não Previdenciais	4.795	4.621	3,77
Fundos Administrativos	4.727	4.550	3,89
Fundos dos Investimentos	68	71	(4,23)
5. Ativo Líquido (1-2-3)	534.200	529.428	0,90
Provisões Matemáticas	516.411	493.415	4,66
Superávit/Déficit Técnico	17.789	36.013	(50,60)

Demonstração do ativo líquido por plano

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Varição (%)
1. Ativos	251.810	241.139	4,43
Disponível	81	1	8.000,00
Receável	9.156	8.535	7,28
Investimento	242.573	232.603	4,29
Fundos de Investimento	236.491	227.045	4,16
Empréstimos	6.082	5.558	9,43
2. Obrigações	8.741	8.591	1,75
Operacional	1.866	2.202	(15,26)
Contingencial	6.875	6.389	7,61
3. Fundos não Previdenciais	9.034	8.590	5,17
Fundos Administrativos	8.347	8.032	3,92
Fundos dos Investimentos	687	558	23,12
5. Ativo Líquido (1-2-3)	234.035	223.958	4,50
Provisões Matemáticas	219.301	206.222	6,34
Superávit/Déficit Técnico	14.529	17.547	(17,20)
Fundos Previdenciais	205	189	8,47

Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidada

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2013	Exercício 2012	Vari�o (%)
A) Patrimônio Social - início do exercício	766.597	761.719	0,64
1. Adi�oes	69.714	71.515	(2,52)
(+) Contribui�es Previdenciais	6.020	5.603	7,44
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	60.085	62.463	(3,81)
(+) Receitas Administrativas	2.509	2.459	2,03
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Administrativa	974	968	0,62
(+) Constitui�o de Fundo de Investimentos	126	22	472,73
2. Destina�es	(54.247)	(66.637)	(18,59)
(-) Benefícios	(51.167)	(47.039)	8,78
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	0	(13.070)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	(89)	(3.587)	(97,52)
(-) Despesas Administrativas	(2.991)	(2.941)	1,70
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	15.467	4.878	217,08
(+/-) Provisões Matemáticas	36.075	58.593	(38,43)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(21.242)	(54.239)	(60,84)
(+/-) Fundos Previdenciais	16	16	0,00
(+/-) Fundos Administrativos	492	486	1,23
(+/-) Fundos dos Investimentos	126	22	472,73
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	782.064	766.597	2,02

Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	529.428	533.761	(0,81)
1. Adi�o es	45.500	47.096	(3,39)
(+) Contribui�o es	3.468	3.318	4,52
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	42.032	43.778	(3,99)
2. Destina�o es	(40.727)	(51.429)	(20,81)
(-) Benefícios	(40.120)	(37.444)	7,15
(-) Resultado Negativo dos Investimentos - Gestão Previdencial	0	(9.920)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências - Gestão Previdencial	(89)	(3.568)	(97,51)
(-) Custeio Administrativo	(518)	(497)	4,23
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	4.773	(4.333)	(210,15)
(+/-) Provisão es Matemáticas	22.997	43.948	(47,67)
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(18.224)	(48.281)	(62,25)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	534.201	529.428	0,90
C) Fundos não previdenciais	4.795	4.650	3,12
(+/-) Fundos Administrativos	4.727	4.550	3,89
(+/-) Fundos dos Investimentos	68	100	(32,00)

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descri�o	Exercício 2013	Exercício 2012	Variacão (%)
A) Ativo Líquido - início do exercício	223.958	215.255	4,04
1. Adi�o es	21.635	21.958	(1,47)
(+) Contribui�o es	3.581	3.273	9,41
(+) Resultado Positivo dos Investimentos- Gestão Previdencial	18.054	18.685	(3,38)
2. Destina�o es	(11.558)	(13.255)	(12,80)
(-) Benefícios	(11.046)	(9.595)	15,12
(-) Resultado Negativo dos Investimentos- Gestão Previdencial	0	(3.150)	(100,00)
(-) Constitui�o de Contingências- Gestão Previdencial	0	(19)	(100,00)
(-) Custeio Administrativo	(512)	(491)	4,28
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	10.077	8.703	15,79
(+/-) Provisão es Matemáticas	13.078	14.645	(10,70)
(+/-) Fundos Previdenciais	16	16	0,00
(+/-) Superávit/Déficit Técnico do Exercício	(3.018)	(5.958)	(49,35)
B) Ativo Líquido - final do exercício (A+3)	234.035	223.958	4,50
C) Fundos não previdenciais	9.034	8.590	5,17
(+/-) Fundos Administrativos	8.347	8.032	3,92
(+/-) Fundos dos Investimentos	687	558	23,12

Demonstração da Provisões Técnicas por Plano

PLANO BÁSICO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	539.424	515.078	4,73
1. Provisões Matemáticas	516.411	493.415	4,66
1.1. Benefícios Concedidos	468.336	454.040	3,15
Benefício Definido	468.336	454.040	3,15
1.2. Benefício a Conceder	48.075	39.375	22,10
Benefício Definido	48.075	39.375	22,10
2. Equilíbrio Técnico	17.789	36.013	(50,60)
2.1. Resultados Realizados	17.789	36.013	(50,60)
Superávit Técnico Acumulado	17.789	36.013	(50,60)
Reserva de Contingência	17.789	36.013	(50,60)
3. Fundos	68	71	(4,23)
3.2. Fundos de Investimentos - Gestão Previdencial	68	71	(4,23)
4. Exigível Operacional	377	388	(2,84)
4.1. Gestão Previdencial	375	388	(3,35)
4.2. Investimentos-Gestão Previdencial	2	0	100,00
5. Exigível Contingencial	22.568	21.204	6,43
5.1. Gestão Previdencial	5.758	5.668	1,59
5.2. Investimentos - Gestão Previdencial	16.810	15.536	8,20

PLANO MISTO

valores em R\$ mil

Descrição	Exercício 2013	Exercício 2012	Variação (%)
Provisões Técnicas (1 + 2 + 3 + 4 + 5)	228.934	215.559	6,20
1. Provisões Matemáticas	219.301	206.222	6,34
1.1. Benefícios Concedidos	67.728	59.125	14,55
Benefício Definido	67.728	59.125	14,55
1.2. Benefício a Conceder	151.573	147.097	3,04
Contribuição Definida	111.899	107.614	3,98
Saldo de Contas-Parcela Patrocinadores	17.174	16.135	6,44
Saldo de Contas-Parcela Participantes	94.725	91.479	3,55
Benefício Definido	39.674	39.483	0,48
2. Equilíbrio Técnico	14.529	17.547	(17,20)
2.1. Resultados Realizados	14.529	17.547	(17,20)
Superávit Técnico Acumulado	14.529	17.547	(17,20)
Reserva de Contingência	14.529	17.547	(17,20)
3. Fundos	892	747	19,41
3.1. Fundos Previdenciais	205	189	8,47
3.2. Fundos de Investimentos- Gestão Previdencial	687	558	23,12
4. Exigível Operacional	1.866	2.202	(15,26)
4.1. Gestão Previdencial	1.866	2.202	(15,26)
5. Exigível Contingencial	6.875	6.388	7,62
5.1. Gestão Previdencial	448	448	0,00
5.2. Investimentos- Gestão Previdencial	6.427	5.940	8,20

Demonstração Consolidada do PGA

valores em R\$ mil

Descrição	exercício		Variação %
	2013	2012	
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior	12.582	12.096	4,02
1. Custeio da Gestão Administrativa	3.483	3.427	1,63
1.1. Receitas	3.483	3.427	1,63
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	1.031	987	4,46
Custeio Administrativo dos Investimentos	1.423	1.417	0,42
Taxa de Administração de Empréstimos e Financiamentos	55	52	5,77
Resultado Positivo dos Investimentos	974	968	0,62
Outras Receitas	0	3	(100,00)
2. Despesas Administrativas	(2.991)	(2.941)	1,70
2.1. Administração Previdencial	(1.934)	(1.773)	9,08
Pessoal e Encargos	(1.022)	(888)	15,09
Treinamento/congressos e seminários	(100)	(81)	23,46
Viagens e estadias	(45)	(49)	(8,16)
Serviços de terceiros	(356)	(340)	4,71
Despesas gerais	(379)	(380)	(0,26)
Depreciações e amortizações	(32)	(35)	(8,57)
2.2. Administração dos Investimentos	(1.057)	(1.168)	(9,50)
Pessoal e encargos	(535)	(617)	(13,29)
Treinamento/congressos e seminários	(67)	(50)	34,00
Viagens e estadias	(28)	(33)	(15,15)
Serviços de terceiros	(151)	(170)	(11,18)
Despesas gerais	(253)	(278)	(8,99)
Depreciações e amortizações	(23)	(20)	15,00
4. Sobre/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)	492	486	1,23
5. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (4)	492	486	1,23
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+5)	13.074	12.582	3,91

Despesas Administrativas

Descrição	exercício	
	2013	2012
PESSOAL E ENCARGOS	1.557.299,91	1.504.293,86
PESSOAL PROPRIO	1.477.230,92	1.262.712,15
PESSOAL CEDIDO	62.461,75	241.046,91
ESTAGIÁRIO	17.607,24	534,80
SERVICOS DE TERCEIROS	490.269,86	401.919,08
CONSULTORIA ATUARIAL	145.701,86	119.902,63
CONSULTORIA JURIDICA	116.320,00	55.884,00
RECURSOS HUMANOS	3.963,78	0
PLANEJAMENTO ESTRATEGICO - ALM	18.000,00	25.033,82
ALUGUEL DE SISTEMAS	184.922,74	171.375,18
AUDITORIA CONTABIL	21.361,48	29.723,45

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

BASES-FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL

CNPJ: 14.855.753/0001-93

Notas Explicativas Às Demonstrações Contábeis

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Valores em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A **FUNDAÇÃO BANEBA DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES**, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, regida pela Lei Complementar nº 109, de 29/05/2001, autorizada a funcionar através da Portaria nº 3.762, de 20 de maio de 1986, do Ministério da Previdência e Assistência Social, e tem por finalidade principal suplementar os benefícios da Previdência Oficial, aos empregados, ex-empregados, e respectivos beneficiários, do extinto Banco do Estado da Bahia S/A – BANEBA, e da BASES, enquanto Patrocinadores dos Planos de Benefícios da Entidade.

A BASES obedece às normas expedidas pelo Ministério da Previdência Social, com regulamentação através do Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC, e supervisão e fiscalização por meio da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, criados pela Lei nº 12.154/09, em substituição, respectivamente, ao Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC (antigo órgão regulador) e à Secretaria de Previdência Complementar – SPC (antigo órgão fiscalizador).

A Lei nº 12.154/09 criou ainda a Secretaria de Política de Previdência Complementar-SPPC, com a competência de propor políticas e diretrizes para o setor de previdência complementar.

A BASES é uma Entidade sem fins lucrativos, singular e multipatrocinada, que aplica no país a totalidade de seus recursos e mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros formais capazes de assegurar sua exatidão.

Constituem-se membros da BASES, atuando como Patrocinadores desta e dos planos de benefícios previdenciários, a BANEBA Corretora de Seguros S/A e a Fundação BANEBA de Seguridade Social – BASES, de acordo com os respectivos Convênios de Adesão; figurando, ainda, como membro da Entidade, o Banco Alvorada S/A, sucessor por cisão do extinto BANEBA – que teve seu convênio de adesão cancelado, nos termos do artigo 11 do Estatuto e 13 do Regulamento Básico da BASES vigentes à época da privatização –, atuando como Patrocinador desta, não existindo, em relação aos planos de benefícios, os Convênios de Adesão de que trata o art. 13 da Lei Complementar 109/2001.

Conforme previsto no Artigo 26, parágrafo 2º do Estatuto da BASES, e, a pedido da Diretoria Executiva anterior, o Presidente do Banco Alvorada procedeu alteração na composição dos Órgãos Estatuários, destituindo e nomeando representantes, por ele indicados, cujos mandatos se iniciaram em 27 de abril de 2012 e se encerrarão em (05) cinco anos para os membros do Conselho Deliberativo, (03) três anos para os membros do Conselho Fiscal e (04) quatro anos para a Diretoria Executiva.

2. PLANOS PREVIDENCIAIS E ADMINISTRATIVOS

BASES, registrada junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC sob o número 00121, administra os seguintes planos de benefícios previdenciários:

a) Plano Básico: plano de benefício definido, inscrito sob o nº 19.860.002-65 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC. O referido Plano encontra-se fechado para novas adesões desde 01.07.1998, conforme disposto no art. 60 do então vigente Regulamento do Plano Misto, que foi aprovado pela SPC através do ofício 464 SPC/CGOF/COJ, de 26.06.1998. O Plano Básico continua a funcionar normalmente, apenas não são aceitas novas inscrições de participantes e patrocinadores.

b) Plano Misto: plano de contribuição definida na acumulação da reserva e de benefício definido na concessão do benefício vitalício, inscrito sob o nº 19.980.037-11 no Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC.

Em 31 de dezembro de 2013, a BASES possui um total de 2.209 participantes (2.231 em 2012), assim distribuídos entre os seus planos de benefícios:

Participantes	PLANO BÁSICO		PLANO MISTO		TOTAL CONSOLIDADO	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Ativos	128	134	633	668	761	802
Autopatrocínados	12	10	29	33	41	43
Assistidos	1.142	1.137	265	249	1.407	1.386
Total	1.282	1.281	927	950	2.209	2.231

Os recursos dos planos são representados pelas contribuições dos Patrocinadores, Participantes Ativos, Assistidos e Autopatrocínados, bem como pelos rendimentos financeiros resultantes das aplicações desses recursos em investimentos, que devem obedecer ao disposto na Resolução CMN nº 3.792 de 24 de setembro de 2009, estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional.

O Plano da Gestão Administrativa- PGA da BASES foi constituído com base no Anexo C – Item 27 da Resolução CGPC nº 28 de 26 de janeiro de 2009, revogada pela Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, tendo seu Regulamento sido aprovado pelo Conselho Deliberativo da BASES por meio da ata nº 225, de 21 de dezembro de 2009.

3. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da BASES foram elaboradas e estão sendo apresentadas em atendimento às disposições legais dos órgãos normativos e reguladores das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, especificamente a Resolução CNPC nº 8, de 31 de outubro de 2011, Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, a Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, que altera o item VII do Anexo “B” e a letra “f” do item 17 do Anexo “C” da Resolução CNPC nº 8, e a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.272, de 22 de janeiro de 2010, que aprova a NBC ITG 2001 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, e as práticas contábeis brasileiras.

A sistemática introduzida pelos órgãos normativos apresenta a segregação dos registros contábeis em Gestão Previdencial, Gestão Administrativa e Investimentos.

A escrituração contábil da BASES atende à segregação das transações por plano de benefícios, inclusive no que tange ao plano de gestão administrativa, permitindo a identificação patrimonial e de resultados de forma separada, embora as demonstrações contábeis estejam apresentadas de forma consolidada.

Demonstrações Contábeis

São apresentados de forma consolidada, em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Resolução nº 12, de 19 de agosto de 2013, e a NBC TE 11 – Entidade Fechada de Previdência Complementar, o balanço patrimonial, a demonstração da mutação do patrimônio social e a demonstração do plano de gestão administrativa relativas aos seguintes planos: Plano Básico, Plano Misto e ao Plano de Gestão Administrativa – PGA.

O processo de consolidação leva à realização de alguns ajustes e eliminações para melhor apresentação dos saldos contábeis. Para a consolidação das demonstrações supracitadas foram eliminadas, quando aplicável:

- As participações do fundo administrativo nos planos de benefício previdenciais;
- Os saldos nas contas de ativo (contas a receber) nos planos previdenciais com as contas de passivo (contas a pagar) no PGA; e
- Os saldos nas contas de passivo (contas a pagar) nos planos previdenciais com as contas de ativo (con-

tas a receber) do PGA.

Adicionalmente, são apresentadas de forma segregada por plano de benefício, as demonstrações do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e a demonstração das provisões técnicas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

4.PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS, ITENS AVALIADOS E CRITÉRIOS ADOTADOS

a) Registro das Adições, Deduções, Receitas, Despesas, Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas)

As adições e deduções da Gestão Previdencial, Receitas e Despesas da Gestão Administrativa, as Rendas (Variações Positivas) e Deduções (Variações Negativas) do Fluxo de Investimento são escrituradas pelo regime contábil de competência de exercícios, com exceção das contribuições referentes aos autopatrocinados, que são registradas pelo regime de caixa.

b) Gestão dos recursos administrativos

b.1) Gestão segregada dos recursos administrativos

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das operações administrativas da BASES são efetuados através do Plano de Gestão Administrativa- PGA, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

b.2) Custeio administrativo

O custeio administrativo é o valor repassado dos planos de benefícios previdenciais ao PGA, para cobrir as despesas decorrentes da administração dos planos, correspondente a percentual incidente sobre as contribuições dos Participantes e Patrocinadores e sobre o resultado positivo dos investimentos.

b.3) Despesas administrativas

As despesas são classificadas como gestão previdencial e/ou de investimentos, de acordo com a natureza da operação, cabendo ainda a classificação como específica, exclusivamente para despesas de um plano de benefícios, ou comum, para despesas atribuídas ao conjunto de planos.

Em conformidade com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, os registros das despesas administrativas da BASES são efetuados de forma consolidada através do PGA- Plano de Gestão Administrativa, que possui patrimônio próprio segregado dos planos de benefícios previdenciais.

As despesas administrativas comuns são rateadas proporcionalmente ao número de planos de benefícios administrados pela BASES, exceto quanto às despesas administrativas vinculadas aos investimentos, que são rateadas proporcionalmente ao patrimônio de cada plano de benefícios.

A formação do fundo administrativo é em função das receitas, deduzidas das despesas, acrescidas ou deduzidas do fluxo de investimentos, da constituição e reversão das contingências, contabilizadas no grupo de contas de gestão administrativa.

c) Estimativas Atuariais e Contábeis

As estimativas atuariais e contábeis foram baseadas em fatores objetivos e refletem a posição em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, com base no julgamento da Administração, periodicamente revisados, dos valores adequados a serem registrados nas demonstrações contábeis. Os itens significativos sujeitos às referidas estimativas incluem as contingências cujas probabilidades de êxito foram informadas pelos advogados que patrocinam as ações, além das provisões de férias, dentre outras.

d) Realizável

- Gestão Previdencial: O realizável previdencial é apurado em conformidade com o regime de compe-

tência, estando representado pelos direitos da BASES relativos às contribuições dos patrocinadores, participantes e autopatrocinados.

- Gestão Administrativa: O realizável administrativo é apurado em conformidade com o regime de competência, estando representado pelos valores a receber decorrentes de operações de natureza administrativa.

- Investimentos: Conforme estabelecido pela Resolução CGPC nº 04, de 30 de janeiro de 2002, as entidades fechadas de previdência complementar devem proceder a avaliação e classificação contábil dos títulos e valores mobiliários integrantes do portfólio do programa de investimentos- realizável segundo as duas categorias a saber:

- Títulos para negociação- títulos com propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer da data de aquisição, até o vencimento do título, os quais são avaliados pelo seu valor de mercado, e seus efeitos são reconhecidos em conta específica no resultado do exercício.

- Títulos mantidos até o vencimento- títulos com vencimentos superiores a doze meses da data de aquisição e que a Entidade tenha interesse e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento sendo, ainda, considerados pela Entidade, com base em classificação efetuada por agência classificadora de risco em funcionamento no País, como de baixo risco de crédito. Os títulos são avaliados pelas respectivas taxas oficiais e ajustados pelo valor de perdas permanentes, quando aplicável.

Os investimentos compreendem ainda os seguintes itens:

- Renda Fixa: As quotas de fundos de investimento são registradas pelo seu valor de realização, com base no valor da quota disponível no último dia útil precedente ao encerramento do balanço patrimonial. Os acréscimos ou decréscimos são levados diretamente ao resultado.

As aplicações de renda fixa estão apresentadas ao valor de custo, incluído, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos em base “pro rata dia” até a data de encerramento do balanço e deduzidos, quando aplicável, das provisões para perdas.

- Ações: Estão classificadas como renda variável as ações registradas pelo custo de aquisição, acrescido das despesas diretas de corretagem e outras taxas, avaliadas pelo valor de mercado considerando-se a cotação média do último dia útil do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores.

Os dividendos e as bonificações em dinheiro são contabilizados como receita a partir da publicação da decisão da assembleia geral dos acionistas.

- Investimentos Imobiliários: Registrados ao custo de aquisição e reavaliação, deduzidos de depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear adotando-se as taxas em função da vida útil identificada no laudo de avaliação. Conforme contratos firmados, os investimentos imobiliários geram receitas de aluguéis, que são registrados em conformidade com o regime de competência.

- Empréstimos: Registra os empréstimos concedidos aos participantes acrescido dos rendimentos financeiros pactuados, auferidos até a data do balanço. Os encargos são apropriados às contas de resultado pelo regime de competência.

A provisão para perdas prováveis na realização dos ativos de empréstimo aos participantes é constituída com base no valor vencido, conforme o número de dias de atraso, atendendo ao disposto na Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011 e Instrução SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

e) Provisão para direitos creditórios de liquidação duvidosa

Constituída considerando a análise de risco de crédito na realização das operações, bem como na análise das operações vencidas e disposições do CNPC, julgadas suficientes para a cobertura de eventuais perdas.

f) Ativo Permanente

Representa os bens móveis e imóveis necessários ao funcionamento da Entidade que estão registrados ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação, quando for o caso, deduzido de depreciação calculada pelo método linear, estabelecida em função do tempo de vida útil dos bens.

A depreciação é calculada de acordo com as taxas apresentadas a seguir:

Descrição	Taxa Anual
Móveis e utensílios	10%
Máquinas e equipamentos	10%
Computadores e periféricos	20%
Ventiladores – refrigeradores de ar	25%
Sistema de segurança	10%
Softwares	20%
Edificações	02%

g) Exigível Operacional

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os correspondentes encargos incorridos.

h) Exigível Contingencial

Representados por provisões para contingências que foram constituídas em montantes suficientes para fazer face a eventuais perdas, baseada na opinião dos consultores jurídicos da Entidade.

i) Patrimônio Social

i.1) Patrimônio de Cobertura do Plano

- Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são determinadas em bases atuariais, sob a responsabilidade de consultores atuariais externos contratados pela Entidade e são constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, na forma prevista no Regulamento dos Planos de Benefícios da Entidade.

Benefícios concedidos

A provisão de benefícios concedidos representa o valor atual dos benefícios do plano com os compromissos futuros da Entidade para com os participantes assistidos.

Benefícios a conceder

A provisão de benefícios a conceder representa a diferença entre o valor atual das obrigações futuras da Entidade e o valor atual de contribuições que ainda serão vertidas para garantir o pagamento de benefícios de prestação continuada.

- Equilíbrio Técnico

O resultado do exercício é incorporado à reserva de contingência, até o limite de 25% das provisões matemáticas, sendo o excedente alocado à reserva para revisão do plano.

i.2) Fundos

- Gestão previdencial

Determinado em bases atuariais, sob a responsabilidade dos consultores atuariais externos, para fazer face a eventuais oscilações das provisões matemáticas oriundas de contingências previdenciais ou obrigações decorrentes da destinação do superávit.

- Gestão administrativa

Representado pelo resultado acumulado da gestão administrativa.

- Investimento

Constituído com recursos de cobertura de risco de empréstimos a participantes e autopatrocinados.

5. GESTÃO PREVIDENCIAL

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

Descrição	2013	2012
Plano Básico		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	31	29
Depósitos Judiciais/Recursais	4.640	1.512
Total Plano Básico	4.671	1.541
Plano Misto		
Recursos a receber		
. Participantes ativos	183	176
Custeio administrativo antecipado	11	6
Depósitos Judiciais/Recursais	615	320
Total Plano Misto	809	502
Total Realizável da Gestão Previdencial	5.480	2.043

6. GESTÃO ADMINISTRATIVA

Representa o registro dos recursos a serem transferidos dos planos para o PGA relativos ao custeio administrativo, bem como recursos a recuperar de terceiros e depósito recursal administrativo.

PGA	2013	2012
Contas a receber		
. Responsabilidade de Empregados	1	9
. Despesas Antecipadas	5	-
Depósitos Judiciais/Recursais	11	11
Custeio PGA	242	253
Total PGA	259	273
Total Realizável da PGA	259	273

7. INVESTIMENTOS

Os ativos dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade e do PGA, são aplicados de acordo com a Política de Investimentos aprovada pelo Conselho Deliberativo, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.792, de 24.09.2009, e estão assim distribuídos:

PLANO	2013	2012
Plano Básico		
. Certificados Privados e Depósitos	31.608	29.198
. Ações	-	67
. Fundos de Investimentos		
Multimercado	472.870	472.230
Estruturado (GTD)*	98	-
. Investimentos Imobiliários	39.968	40.621
. Empréstimos	7.935	7.392
Total do plano básico	552.479	549.508
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	236.491	227.046
. Empréstimos	6.082	5.558
Total do plano misto	242.573	232.604

PLANO	2013	2012
Plano Misto		
. Fundos de Investimentos	236.491	227.046
. Empréstimos	6.082	5.558
Total do plano misto	242.573	232.604
PLANO	2013	2012
Plano de Gestão Administrativa- PGA		
. Certificados Privados e Depósitos	-	512
. Fundos de Investimentos	12.824	11.641
Total do plano de gestão administrativa	12.824	12.153
Total de Investimentos	807.876	794.265

*Em 22/07/2013 a BASES, transferiu sua posição de ações da GTD (166.500 ações ON e 166.500 ações PN), integralizando no BNY MELLON GTD FIP, subscrevendo 73,26 cotas no BNY MELLON GTD Fundo de Investimentos em Ações.

Administração e custódia dos investimentos – Os fundos de investimentos da BASES são administrados pelo Banco Bradesco S.A., empresa contratualmente responsável pelos trabalhos de Administração Fiduciária, Custódia e Controladoria dos Ativos da Entidade. Os títulos encontram-se custodiados na Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos Privados- CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia- SELIC.

Conforme decisão da Diretoria Executiva, em consonância com a Resolução CNPC nº 08, de 31 de outubro de 2011, mantém-se provisionado, pelo valor total, desde junho/2003, as debêntures não conversíveis, com vencimento em 01 de março de 2000, tendo em vista que a Feniciapar não vem efetuando os pagamentos das amortizações.

Fundamentado em estudo de ALM – Asset Liability Management, em 31 de dezembro de 2012 as aplicações financeiras classificadas como títulos mantidos até o vencimento correspondem a 53,28% e as classificadas como para negociação correspondem a 46,72%. Conforme determinado pela Resolução MPAS / CGPC nº 4 de 2002, apresentamos no quadro a seguir os montantes, natureza e faixas de vencimento, bem como os valores de custo e mercado dos investimentos.

Títulos para negociação	Total	Vencimento			2013	2012
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Básico						
Fundos de Investimento						
FIDC	983	983	-	-	983	-
Fundos- RF	-	-	-	-	-	1.257
Fundos- RV	18.859	18.859	-	-	18.859	26.051
Fundos- FIP	73	98	-	-	98	-
CDBPS	25.716	24.678	14.553	-	39.232	351
CDB-Pos Su	10.665	12.604	4.796	-	17.400	36.089
CDB-C Sub	-	-	-	-	-	15.989
Debêntures	17.259	3.546	8.055	-	11.601	20.466
LF-Pos	7.502	6.901	1.657	-	8.558	11.369
LF-Sub	13.800	-	14.364	-	14.364	14.268
NTN-B	308.180	-	-	330.302	330.302	292.469
NTN-C	1.030	-	-	1.377	1.377	1.670
Operações compromissadas	30.227	30.195	-	-	30.195	52.251
Subtotal Fundos de Investimento	434.294	97.864	43.425	331.679	472.968	472.230
Certificados Privados e Depósitos						
CDB Caixa	28.329	-	31.608	-	31.608	29.198
Total do plano	462.623	97.864	75.033	331.679	504.576	501.428

Títulos para negociação	Total	Vencimento			2013	2012
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano Misto						
Fundos de Investimento						
FIDC	393	393	-	-	393	503
Fundos- RV	9.366	9.366	-	-	9.366	20.483
CDB	11.575	10.987	11.959	-	22.946	166
CDB-Pos Sub	7.727	9.708	2.952	-	12.660	21.123
CDB-C Sub	-	-	-	-	-	11.635
Debêntures	5.895	1.492	2.382	-	3.874	7.125
LF-Pos	3.902	3.444	986	-	4.430	6.413
LF-Sub	3.300	-	3.466	-	3.466	3.434
NTN-B	148.811	-	-	159.438	159.438	141.060
NTN-C	441	-	-	590	590	715
Operações compromissadas	19.344	19.328	-	-	19.328	14.389
Total do plano	210.753	54.718	21.745	160.028	236.491	227.046
Total dos planos previdenciais	673.376	152.582	96.778	491.707	741.067	728.474

Títulos para negociação	Total	Vencimento			2013	2012
		Até 01 ano	De 01 a 05 anos	A partir de 05 anos	Total	Total
Plano de Gestão Administrativa						
CDB	-	-	-	-	-	512
Bradesco F. I. REF DI FED Extra	11.033	12.824	-	-	12.824	11.641
Total do plano	11.033	12.824			12.824	12.153
Total dos títulos para negociação	684.409	165.406	96.778	491.707	753.891	740.627

b) Ações

	2013	2012
Plano Básico	-	67
. Ações no mercado à vista	-	67
Total do plano básico	-	67
Total de Investimentos		

c) Investimentos imobiliários

Os Investimentos Imobiliários são apresentados pelos custos das aquisições, ajustados ao valor de mercado por reavaliação periódica, deduzido do montante as depreciações acumuladas pelo método linear, às taxas determinadas em função da vida útil remanescente dos bens, e estão assim distribuídos:

	2013	2012
Plano Básico		
Alugueis e Rendas		
. Locados a Patrocinador	19.082	19.291
. Locados a Terceiros	12.275	12.540
. Alugueis a Receber	41	36
Rendas de Participações		
. Shopping Center	3.144	3.207
. Complexo Hoteleiro	5.426	5.547
Total de Investimentos Imobiliários	39.968	40.621

8. PERMANENTE (PGA)

	2013	2012
Bens Móveis		
Móveis e Utensílios	2	2
Máquinas e Equipamentos	15	19
Equipamentos de Informática	32	44
Ventiladores e Refrigeradores de Ar	4	7
Software	5	12
Sistema de Segurança	8	9
Total de bens móveis	66	93
Bens Imóveis		
Imóvel de Uso Próprio	513	530
Total de bens imóveis	513	530
Total do Permanente	579	623

9. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Estão contabilizadas neste grupo contábil, as obrigações iminentes dos planos, conforme apresentados a seguir:

	2013	2012
Plano Básico		
Benefícios a pagar	168	169
Retenções a recolher	65	65
Outras exigibilidades	142	154
Total do Plano Básico	375	388
Plano Misto	1.711	2.056
Benefícios a pagar	55	47
Retenções a recolher	100	99
Outras exigibilidades	1.866	2.202
Total do Plano Misto	2.241	2.590

10. EXIGÍVEL OPERACIONAL – GESTÃO ADMINISTRATIVA (PGA)

É composto pelos seguintes grupos de contas, cujos saldos são apresentados a seguir:

	2013	2012
Despesas de pessoal	502	408
Retenções a recolher	47	47
Fornecedor	33	6
Outros		7
Total do Exigível Operacional- Gestão Administrativa	582	468

11. EXIGÍVEL OPERACIONAL – INVESTIMENTOS

	2013	2012
Plano Básico		
Retenções a recolher (IOF empréstimos participantes)	2	-
Total do Plano Básico	2	-
PGA		
Relacionado com o disponível	11	-
Total do PGA	11	-
Total do Exigível Operacional- Investimentos	13	-

12. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – GESTÃO PREVIDENCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Plano Básico		
Provisão		
. Aposentadoria por tempo de contribuição (a)	1.369	1.280
. Benefícios previdenciários (b)	4.389	4.389
Total do Plano Básico	5.758	5.669
Plano Misto		
Provisão		
. Benefícios previdenciários (b)	448	448
Total do Plano Misto	448	448
Total do Exigível Contingencial da Gestão Previdencial	6.206	6.117

A BASES constitui seu exigível contingencial fundamentada na opinião dos seus assessores jurídicos, sendo apurados e contabilizados os montantes a pagar relativos às demandas judiciais passivas, cuja previsão de desfecho seja apresentada como de “provável” perda para a Entidade. Para as demandas classificadas como de “possível” ou “remota” perda, é efetuado acompanhamento do andamento processual e são divulgadas informações, quando relevantes.

(a) Aposentadoria por tempo de contribuição

Valor correspondente aos processos impetrados por participantes pleiteando obtenção do benefício de gozo ou suplementação de aposentadoria.

(b) Provisões benefícios previdenciários

Montante relativo às ações ajuizadas por participantes assistidos pleiteando suplementação da aposentadoria por motivos diversos, restituição de valores históricos descontados expurgos inflacionários, etc. Nestes casos, a BASES efetuou as provisões obedecendo aos critérios pertinentes.

13. EXIGÍVEL CONTINGENCIAL – INVESTIMENTOS (PLANOS PREVIDENCIAIS)

Possui a seguinte composição em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	2013	2012
Plano Básico		
Provisão		
. Imposto de Renda- divida ativa (MP 2222/01)	16.810	15.536
Total do Plano Básico	16.810	15.536
Plano Misto		
Provisão		
. Imposto de Renda- divida ativa (MP 2222/01)	6.427	5.940
Total do Plano Misto	6.427	5.940
Total do Exigível Contingencial de Investimentos	23.237	21.476

Em 30.07.1991 a BASES ajuizou a Ação Declaratória nº 91.00.04230-7, distribuída ao juízo da 7ª Vara Federal de Salvador, para que fosse reconhecida a sua imunidade tributária. Em 25.08.1992, a BASES ajuizou Medida Cautelar Incidental à referida Ação Declaratória a fim de efetivar depósitos judiciais dos tributos questionados em juízo, o que, de fato, passou a ser realizado a partir de 06.10.1992. A Entidade desistiu dos processos, após a publicação da Medida Provisória 2222/2001 como regra para aderir ao RET - Regime Especial de Tributação que anistiava juros e multas tendo em vista a compreensão da maioria dos tributaristas de que não seria reconhecida a imunidade dos fundos de pensão, bem como havia entendimento de que o período de 1992 a 1996 teria decaído, fazendo com que a BASES adotasse medidas judiciais cabíveis para levantar o saldo dos depósitos. O levantamento dos depósitos referentes ao período supracitado foi questionado pela Receita Federal do Brasil (RFB), com alegação de que os depósitos judiciais impedem a decadência do período, tendo a RFB autuado a Entidade no valor de R\$52.678 mil. Neste sentido, a BASES, após consulta e orientação de escritório especializado na área tributária, apresentou pedido de revisão do auto de infração, sem adentrar no julgamento quanto à le-

galidade do crédito tributário, requerendo a Revisão do Método de Apuração, ajustando-o aos ditames legais e ao entendimento já manifestado pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN sobre o tema. Em 03/09/2012 houve, por parte da Procuradoria da Fazenda Nacional, o ajuizamento da Execução Fiscal, sendo que, só em 06.10.2013, a BASES foi citada, apresentando defesa, dentro do prazo legal, 11.10.2013, a Exceção de Pré-executividade e oferecimento das garantias, em imóveis R\$ 42 milhões, e o restante, caso a justiça aceitasse, em depósito judicial. A Fazenda Nacional apresentou resposta, ao juízo, em 04.11.2013, porém a BASES só foi intimada a se manifestar em 14.01.2014, respondendo ao juízo em 24.01.2014. O valor ora provisionado refere-se a R\$23.237mil e R\$21.476 mil (2013 e 2012) respectivamente. No momento os autos encontram-se concluso, a BASES aguarda a decisão do Juízo.

14.PATRIMÔNIO SOCIAL (PLANOS PREVIDENCIAIS)

14.1 Patrimônio de Cobertura do Plano

As provisões matemáticas dos planos de benefícios são determinadas e constituídas para fazer face aos compromissos relativos aos benefícios concedidos e a conceder aos participantes ou seus beneficiários, conforme descrito na nota explicativa nº 04, item “i”.

A reserva de contingência é acumulada até atingir o limite de 25% (vinte e cinco por cento) dos valores das provisões matemáticas, conforme legislação vigente.

O patrimônio de cobertura dos planos apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Plano Básico		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	468.336	454.040
. Benefícios a conceder	48.076	39.375
Total das Provisões Matemáticas	516.412	493.415
Superávit Técnico Acumulado	17.789	36.013
. Reserva de Contingência	17.789	36.013
Fundos	68	71
. Fundo de Investimentos	68	71
Total do Plano Básico	534.269	529.499
Plano Misto		
Provisões Matemáticas		
. Benefícios concedidos	67.728	59.125
. Benefícios a conceder		
Contribuição Definida		
Saldo de contas – Parcela Patrocinador	17.173	16.135
Saldo de contas – Parcela Participantes	94.724	91.479
Benefício Definido	39.675	39.483
Total das Provisões Matemáticas	219.300	206.222
Superávit Técnico Acumulado		
. Reserva de Contingência	14.529	17.547
	14.529	17.547
Fundos		
. Fundo Previdencial	205	189
. Fundo de Investimentos	687	558
	892	747
Total do Plano Misto	234.721	224.516
Plano de Gestão Administrativa		
Fundos		
. Fundo Administrativo	13.074	12.582
Total do PGA	13.074	12.582
Total do Patrimônio Social	782.064	766.597

Abaixo descrevemos as premissas e hipóteses atuariais utilizadas na avaliação de 2013 e 2012:

	2013	2012
Plano Básico		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 100%	Light Forte agravada 5%
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	INPC	INPC
Crescimento salarial	Nulo	Nulo
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83 (desagravada em 10%)	AT-83 (desagravada em 10%)
Plano Misto		
Tábua de mortalidade	AT-2000 (desagravada em 10%)	AT-2000 (desagravada em 10%)
Tábua de entrada em invalidez	Light Forte agravada 100%	Light Forte
Taxa de juros anual	5%	5%
Nível de inflação anual	IGPM	IGPM
Crescimento salarial	Não aplicável	Não aplicável
Tábua mortalidade de inválidos	AT-83 (desagravada em 10%)	AT-83 (desagravada em 10%)

A Administração entende que as premissas e hipóteses atuariais são adequadas e estão consistentes com os anos anteriores, com exceção, da tábua de entrada em invalidez, que, após testes de aderência efetuado pelo atuário, concluiu pela utilização da Light Forte Agravada em 100%, por esta apresentar aderência aos planos de benefícios previdenciais.

O Fundo de Sobras de Contribuição Patronal (fundos previdenciais), constituído no Plano Misto, refere-se às contribuições dos Patrocinadores que não puderam ser resgatadas pelos participantes que se desligaram dos seus respectivos planos previdenciais.

Os Fundos de Investimento (quitação de empréstimos) são constituídos com a sobretaxa de 0,90% sobre as operações de empréstimos aos participantes, para dar cobertura a eventuais riscos de contratos de mútuos, conforme decisão do Conselho Deliberativo.

O Fundo Administrativo é constituído com as sobras do Custeio Administrativo, adicionado ao rendimento dos recursos administrativos, deduzidas as despesas administrativas e constituição ou reversão das contingências administrativas.

15. COBERTURA DE SEGURO

É política da BASES manter cobertura de seguros para os investimentos imobiliários e bens do permanente por montantes considerados suficientes para fazer face aos riscos envolvidos.

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da BASES encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessas datas. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de políticas de controles e de estratégias operacionais de avaliação de riscos, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente de taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos financeiros não divergem significativamente dos seus valores contábeis, na extensão de que foram pactuados e registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazos similares.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

Investimentos

Em dezembro de 2013 os investimentos consolidados da BASES atingiram o montante de aproximadamente R\$ 795 milhões, conforme a seguinte distribuição: 93,11% no segmento de renda fixa; 0,01% no segmento de Investimentos Estruturados; 5,02% no segmento Imobiliário; e 1,86% no segmento de empréstimos a participantes.

Rentabilidade

O desempenho do mercado financeiro impactou diretamente no desempenho dos investimentos do Plano, ou seja, os mercados no decorrer do ano mostraram-se difíceis, oferecendo rendimentos em queda e muita volatilidade, sendo o ano de 2013, um dos piores anos em termos de rentabilidade dos planos no Brasil.

Mesmo com a forte volatilidade verificada nos mercados, especialmente no segundo semestre do ano, afetando tanto os investimentos em renda fixa quanto em renda variável, a BASES conseguiu um desempenho satisfatório, se comparado com a grande maioria das EFPCs, porém não podemos perder o foco de que o nosso principal objetivo reside no pagamento de benefícios de longo prazo, uma vez que o movimento de baixa observado nos mercados é cíclico.

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) foi de 7,40%a.a., contra uma necessidade atuarial (INPC+5%a.a.) de 10,85% no mesmo período, performando abaixo da meta do ano em 3,11%.

A rentabilidade dos investimentos do Plano de Contribuição Definida (Plano Misto I) foi de 7,59%a.a., contra uma necessidade atuarial (IGPM+5%a.a.) de 10,81% no mesmo período, performando, assim, abaixo da meta atuarial do ano em 2,91%.

A Administração da BASES sempre procurou maximizar sua rentabilidade, utilizando-se de todos os instrumentos possíveis oferecidos pelo mercado para a boa condução dos seus negócios, mantendo o seu perfil conservador e buscando a preservação dos recursos garantidores das reservas técnicas dos respectivos planos de benefícios.

Transferência do gerenciamento dos planos previdenciais

Em junho de 1999, ocorreu leilão para privatização do Banco do Estado da Bahia – BANEBA, tendo sido o mesmo adquirido pelo Banco Bradesco. A partir do ano de 2000, o principal patrocinador dos Planos de Benefícios da BASES passou a manifestar a intenção de retirada do patrocínio tendo sido impetrado processo administrativo contra tal intenção.

Em 07 de julho de 2006, foi publicada a Portaria SPC/DETEC/CGAT nº 481, datada de 06 de julho de 2006, determinando a transferência de gerenciamento dos Planos de Benefícios da BASES para o Multipensions Bradesco, solicitada por este em 16 de novembro de 2005. Essa Portaria veio a ser anulada posteriormente por cerceamento de defesa, reabrindo o processo para manifestação da BASES.

Após as manifestações da BASES, contrárias a transferência de gerenciamento, foram editadas novas Portarias pela SPC – Secretaria de Previdência Complementar, de nºs 1.383 e 1.384, datadas de 07 de agosto de 2007, autorizando, novamente, a transferência de gerenciamento.

A BASES interpôs dois Recursos Administrativos. O primeiro foi negado provimento. O segundo, dirigido ao órgão recursal denominado CGPC, que veio a ser extinto sem ter concluído o julgamento desse Recurso. Assim, houve o encaminhamento do Recurso ao Ministro da Previdência Social, que se manifestou pelo não cabimento do Recurso, alegando esgotamento da via administrativa.

Discordando com o teor dessas Portarias, a BASES ajuizou Ação Cautelar, obtendo liminar, posteriormente confirmada por sentença, que suspendeu os efeitos das Portarias 1.383 e 1.384 até julgamento definitivo da Ação Anulatória também ajuizada pela BASES.

A BASES continua aguardando decisão referente a Ação Cautelar, que tramita na 7ª Vara Federal e em paralelo no TRF 1ª Região, ambas em grau de recurso.

Dirlene Rios da Silva
Presidente
CPF-248.135.755-87

Jorge Luiz de Souza
Diretor Administrativo Financeiro
CPF-100.822.555-04

Luiz Cassimiro Lopes de Araujo
Contador-CRC/BA-11236/O-0
CPF-178.290.895-15

Demonstrações Atuariais do Plano Básico

Informações Cadastrais

CNPB: 19.860.002-65
 CPF do atuário: 405.910.507-49
 CNPJ da empresa de atuária: 30.020.03610001-06

Informações sobre a Avaliação Atuarial

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2013
 Data do Cadastro: 31/10/2013
 Data da Avaliação: 31/12/2013
 Observações: Base outubro de 2013, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2013. Plano em extinção desde 01/07/1998.

Informações sobre a duration do passivo do Plano de Benefícios

Duration do passivo (em meses): 144
 Observações: calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de despesas previdenciárias do Plano.

Demonstrativo da Avaliação Atuarial

Grupo de Custeio:
 Patrocinadores e Instituidores: BANEBCORRETORA DE SEG. SIA: 14.510.30410001-18
 FUNDACAO BANEBCORRETORA DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.75310001-93
 BANCO ALVORADA SIA: 33.870.16310001-84

Participantes Ativos: 140 (130 Ativos I Autopatrocinaados + 9 Icedebianos + 1 Benefício Proporcional Diferido).

Folha de Salário de Participação *1: 13 x R\$ 675.111,67 = R\$ 8.776.451,71

*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das Hipóteses

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% ao ano.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,88% ao ano.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2013, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 2,88% ao ano, inferior a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros adotada é de 5,00% ao ano, em nosso posicionamento sobre essa hipótese, que teve como base o Estudo da ALM elaborado em 2013 pela Consultoria RiskOffice, informando que as carteiras sugeridas permitirão a Fundação, relativamente ao Plano, obter rentabilidade equivalente a indexador do Plano+ 5,00%, onde se verifica a viabilidade da obtenção da taxa real de juros de 5,00% ao ano, utilizando-se como indexador o INPC do IBGE, considerando os riscos econômicos e financeiros envolvidos, o fluxo de receitas e de despesas e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano de Benefício Definido, fechado desde 01/07/1998 a novas adesões de participantes, concluímos, também, pela indicação da taxa real de juros em 5,00% ao ano para Avaliação Atuarial do exercício de 2013 do Plano Benefício Definido Puro/ (Plano Básico) da Bases, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida. A viabilidade da obtenção de taxas reais de juros compatíveis com a meta atuarial ao longo dos anos futuros deve ser objeto de análise continuada com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo

futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o estudo de ALM elaborado em 2013 pela Consultoria RiskOffice.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: 0% ao ano (em média) ao longo dos anos remanescentes de atividade. Quantidade esperada no exercício seguinte: 0%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 8,22%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2013, tomando por base o Salário Real de Benefícios, foi obtido, em média, ganhos reais acima da inflação medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem.

Opinião do Atuário: Este procedimento foi adotado de acordo com informações apresentadas pelo Patrocinador, considerando que, por se tratar de hipótese econômico-financeira, no que o Patrocinador entender guardar relação com suas respectivas atividades, deve apresentar manifestação por escrito sobre a utilização destas hipóteses na avaliação atuarial do ano de 2013, nos termos do subitem 1.1. do Regulamento apresentado no Anexo da Resolução CGPC I MPS N°18 de 28/03/2006.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 100% Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 100%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Considerando a Justificativa da EFPC e a Opinião do Atuário, tanto a quantidade ocorrida no exercício encerrado, quanto ao esperado no exercício seguinte, assumem o valor 100,00%.

Opinião do Atuário: Como na avaliação atuarial se trabalha com o Salário Real de Benefício, que é a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição, já está embutido nessa média o Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários, não sendo necessária a adoção dessa hipótese.

Justificativa EFPC: Essa hipótese foi adotada de acordo com informações apresentadas pelo patrocinador.

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 97%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2013, medida pelo INPC do IBGE aplicado com 1 mês de defasagem, foi de 5,58% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano (em fase de extinção desde 01/07/1998) e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (ou 98%), ou seja, projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Nula.

Quantidade esperada no exercício seguinte: Nenhuma saída (já que se está trabalhando com rotatividade nula).

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ver a opinião do Atuário.

Opinião do Atuário: Considerando tratar-se de um Plano fechado desde 01/07/1998, com reduzido quantitativo de empregados participantes e com idade média próxima a idade de entrada em benefício de aposentadoria programada, e de se esperar que os empregados participantes, que venham a perder o vínculo empregatício com o Patrocinador antes de preencher as condições para entrar em gozo

de benefício, optem pelo instituto do autopatrocínio ou pelo instituto do benefício proporcional diferido, o que representa uma expectativa de que não deva ocorrer saída sem direito a benefício.

Justificativa EFPC: Adotou-se taxa de rotatividade nula, compatível com as informações apresentadas pelo patrocinador e com a opção pelo Benefício Proporcional Diferido por parte de todos os Participantes que percam o vínculo empregatício com o patrocinador antes da entrada em gozo de benefício.

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 10,49.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 4.

Comentário sobre a divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3225/2013 de 06/11/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/3225/2013 de 06/11/2013, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2006 e o final de 2012, tendo sido deliberado pelo Conselho Deliberativo da BASES a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2013, já que apenas no quinquênio 2007 a 2011 o nível de aderência dessa Tábua de Mortalidade ficou pouco abaixo de uma cobertura de 100% (ou 1,0000) com ambas as taxas reais de juros adotadas no estudo, bem como que, nos demais quinquênios, 2006 a 2010 (com ambas as taxas reais de juros adotadas no estudo) e 2008 a 2012 (com a taxa real de juros de 0%), o nível médio de aderência superou a 100% (ou 1,0000), merecendo destaque, ainda, que o nível médio de aderência dos últimos 3 quinquênios situados entre o início de 2006 e o final de 2012, ou seja, dos quinquênios 2006 a 2010, 2007 a 2011 e 2008 a 2012, ficou, também, acima dos 100% (ou 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT-2000 (masculina) desagravada em 10% a massa populacional do Plano e a referida tábua atende a exigência estabelecida no item 2 do Anexo a Resolução CGPC nº 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “q = qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,03.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3225/2013 de 06/11/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “q= qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade de inválidos “ = qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%” à massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/2060/2013 de 22/07/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/2060/2013 de 22/07/2013, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100% e aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário

o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano básico da BASES, conforme teste apresentado no JM/2060/2013 de 22/07/2013.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante/grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Pensões por Morte já Concedidas desde a avaliação atuarial de 31/12/2012. Dessa forma, os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e os Benefícios de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente a Experiência Regional periodicamente revista, o que será objeto de análise nos próximos exercícios a fim de ajustar toda a avaliação atuarial dos benefícios já concedidos pelo Plano utilizando a composição familiar efetiva com base no cadastro da BASES.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de pensão por morte de participante, já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem).

Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,58%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: 5,58%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 5,58% corresponde ao INPC-IBGE, de dezembro/2012 a novembro/2013, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O Indexador do Plano e o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um índice oficial de inflação, calculado pelo IBGE, que expressa a perda do poder aquisitivo da renda dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 38

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: No Regulamento do Plano, para o caso de saída antecipada de participantes que entrem em benefício de aposentadoria por tempo de serviço normal ou especial, está prevista a aplicação de redutores que levam a que os valores das correspondentes Provisões (Reservas) Matemáticas não superem aos que estão sendo constituídos para a entrada em benefício de aposentadoria no momento em que o participante preencha as condições para recebimento do benefício pleno. Portanto, a Avaliação Atuarial do Plano, considera, conforme previsto no Regulamento, a saída antecipada de participantes que entrem em gozo de benefício de aposentadoria normal ou especial.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 590

Valor media do Benefício: R\$ 3.550,26

Idade media dos assistidos: 69 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Idade

Quantidade de benefícios concedidos: 9

Valor media do Benefício: R\$ 837,33

Idade media dos assistidos: 75 anos

3) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 350

Valor media do Benefício: R\$ 1.546,17

Idade media dos assistidos: 60 anos

4) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 188

Valor media do Benefício: R\$ 2.269,32

Idade media dos assistidos: 61 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC

CD

Saldo de Conta dos Assistidos: -

BD

VABF Programados- Assistidos: R\$ 327.649.262,38

VABF Não Programados- Assistidos: R\$ 140.686.928,33

PMBaC

CD

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: -

Saldo de Contas- parcela Participantes: -

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 35.638.560,04

VACF Patrocinadores: R\$ (359.080,27)

VACF Participantes: R\$ (209.409,55)

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 13.216.050,84

VACF Patrocinadores: R\$ (133.159,79)

VACF Participantes: R\$ (77.675,73)

Custo do Ano

% Custo Normal dos Participantes Não Assistidos x (13 x Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos)

14,23% X (13 X R\$ 675.111,67) = R\$ 1.248.889,08

% Custo Normal dos Participantes Assistidos x (13 x Folha de Benefícios de Participantes Assistidos)

8,00% X (13 X R\$ 2.744.421,15) = R\$ 2.854.198,00

Seção das Provisões Matemáticas a Constituir e Contratos:

Déficit Equacionado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo:-

Assistidos:

Valor: -

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador: -

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

NOTA: Não há contratos para serem preenchidos neste campo, conforme informado pela BASES.

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 534.200.564,61 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

Seção dos Fundos Previdenciais Atuariais:

Finalidade:

Fonte de Custeio:

Recursos Recebidos no Exercício:

Recursos Utilizados no Exercício:

Saldo:

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$-

Resultado negativo do exercício: R\$ 18.224.288,15 (*1)

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingencia: R\$ 17.789.088,36 (*1)

Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2011 e de 31/12/2012, informados pela BASES.

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador x (13 x Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
8,988% X (13 X R\$ 675.111,67) = R\$ 788.827,48.

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit: -

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Serviço Passado: -

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Outras Finalidades: -

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo x (13 x Folha de Salário dos Participantes Ativos)
5,242% X (13 X R\$ 675.111,67) = R\$ 460.061,60.

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado: -

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades: -

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Assistido X (13 X Folha de Benefício dos Participantes Assistidos)
8,00% X (13 X R\$ 2.744.421,15) = R\$ 2.854.198,00

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado: -

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades: -

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar: -

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador: -

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes: -

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos: -

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2014.

Parecer Atuarial do Plano Básico

1. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano de Benefícios Definido da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 14,23% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos (excluída a contribuição normal de 8% dos participantes aposentados destinada a participar do custeio normal dos benefícios).

2) O custo total reavaliado de 14,23% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2014, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano de Benefícios Definidos da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 14,23% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2013, de 14,23% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade como Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2013.

2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2012	31/12/2013	Varição
Provisão de Benefícios Concedidos		454.039.820,22	468.336.190,71	3,15%
Provisão de Benefícios a Conceder		39.375.315,15	48.075.285,54	22,09%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		493.415.135,37	516.411.476,25	4,66%

3. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano de Benefício Definido (Plano Básico) da BASES, avaliado pelo regime/método de financiamento atuarial Agregado (que é o mesmo regime/método adotado na avaliação atuarial do ano anterior), em razão do fechamento do Plano, em 01/07/1998, a novas adesões de participantes, bem como com as mesmas hipóteses atuariais adotadas na avaliação atuarial do exercício anterior, com exceção da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte agravada em 100%, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2014 as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma estabelecida na Instrução Normativa N.º 28/2008 de 30/12/2008- D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 17.789.088,36, equivalente a 3,33% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 534.200.564,61.

2) A rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2013 pelo Patrimônio de Cobertura do Plano foi de 8,67% contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 10,90%, o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 2,88% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES, na obtenção das referidas rentabilidades.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: q= qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 100%.
- iv) Rotatividade: Nula.
- v) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- vi) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.
- vii) Fator de determinação do valor real dos salários ao longo do tempo: 100% face a se estar trabalhando com o Salário Real de Benefício, que corresponde a média, devidamente atualizada, dos últimos Salários Reais de Contribuição.

viii) Em relação a composição familiar, e adotada a Família Efetiva nos Benefícios já Concedidos de Pensões por Morte e continua sendo adotada a Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos e Benefícios já Concedidos de Aposentadorias e suas respectivas Reversões em Pensão por Morte.

ix) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).

x) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

4. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais apresentadas nesta D.A. e o regime atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para o conjunto dos benefícios do Plano, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos a referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

5. Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)	R\$ 39.938.834,55
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (11.443.065,79)
Adoção da Tabua de Entrada em Invalidez Light Forte Agravada em 100%	R\$ (316.558,14)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (10.390.122,26)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)	R\$ 17.789.088,36

(*1): R\$ 39.938.834,55 = 36.013.376,51 x 1,1090 (tomando como indexador o INPC do IBGE (aplicado com 1 mês de defasagem) e adotando-se o método da Taxa Interna de Retorno (TIR), a partir dos fluxos mensais de receitas e despesas informados pela BASES).

(*2): Equivale a 2,01% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 516.411.476,25 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, sendo relevante destacar a hipótese de crescimento real de salário.

(*3): Equivalente a 3,44% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 516.411.476,25.

6. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2013, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura a contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, a luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

7. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano de Benefício Definido fechado a novas adesões de participantes desde 01/07/1998, o regime financeiro de Capitalização na versão Agregado continuou sendo adotado no financiamento dos Benefícios de Aposentadoria, de Pensão por Morte, Auxílio Reclusão e de Pecúlio por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014

JOSÉ ROBERTO MONTELLO - ATUÁRIO MIBA 426

Demonstrações Atuariais do Plano Misto

Informações Cadastrais

CNPB: 19.980.037-11
 CPF do atuário: 405.910.507-49
 CNPJ da empresa de atuária: 30.020.036/0001-06

Informações sobre a Avaliação Atuarial

Motivo da Avaliação: Avaliação Atuarial Anual de encerramento do exercício de 2013
 Data do Cadastro: 31/10/2013
 Data da Avaliação: 31/12/2013
 Observações: Base outubro de 2013, com a provisão de reajuste, para colocar a preços de dezembro de 2013.

Informações sobre a duration do passivo do Plano de Benefícios

Duration do passivo (em meses): 165
 Observações: calculado com base no resultado do fluxo probabilístico de despesas previdenciárias do Plano que são estruturadas na modalidade de Benefícios Definidos.

Demonstrativo da Avaliação Atuarial

Grupo de Custeio: Patrocinadores e Instituidores:
 BANEBCORRETORA DE SEG. S/A: 14.510.304/0001-18
 FUNDACAO BANEBCORRETORA DE SEGURIDADE SOCIAL: 14.855.753/0001-93
 BANCO ALVORADA S/A: 33.870.163/0001-84

Participantes Ativos: 728 (706 Ativos | Autopatrocinados + 22 Benefícios Proporcionais Diferidos)

Folha de Salário de Participação *1: 13 x R\$ 3.284.156,78 = R\$ 42.694.038,14

*1: Corresponde a Folha de Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

Seção das Hipóteses

1) Hipótese: Taxa Real Anual de Juros

Valor: 5% ao ano

Quantidade esperada no exercício seguinte: 5% Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 2,91% - Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Ao longo de 2013, a rentabilidade real obtida pelo Patrimônio de Cobertura foi de 2,91% ao ano, inferior a meta atuarial real de rentabilidade de 5,00% ao ano esperada para o exercício, sendo relevante destacar as colocações apresentadas, a seguir como Opinião do Atuário e como Justificativa da EFPC.

Opinião do Atuário: A taxa real de juros adotada e de 5,00% ao ano, em nosso posicionamento sobre essa hipótese, que teve como base o Estudo da ALM elaborado em 2013 pela Consultoria RiskOffice, informando que as carteiras sugeridas permitirão a Fundação, relativamente ao Plano, obter rentabilidade equivalente a indexador do Plano + 5,00%, onde se verifica a viabilidade da obtenção da taxa real de juros de 5,00% ao ano, utilizando-se como indexador o IGPM da FGV, considerando os riscos econômicos e financeiros envolvidos, o fluxo de receitas e de despesas e, naturalmente, as aplicações e as reaplicações dos recursos que entrarão no caixa desse Plano, concluímos, também, pela indicação da taxa real de juros em 5,00% ao ano para Avaliação Atuarial do exercício de 2013 do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (Misto Nº 001) da Bases, levando em consideração que tal Taxa Real de Juros atende ao limite máximo estabelecido na Resolução CNPC nº 09 de 29/11/2012, publicada no DOU em 23/01/2013, para fins do fechamento do exercício de 2013, o que, considerando o estabelecido no Item 69 do Guia PREVIC de Melhores Práticas Atuariais para Entidades Fechadas de Previdência Complementar, permite que o Atuário embase sua proposição em estudos de outros profissionais, detentores da qualificação requerida. A viabilidade da obtenção de taxas reais de juros compatíveis com a meta atuarial ao longo dos anos futuros deve ser objeto de análise continuada com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o estudo de ALM elaborado em 2013 pela Consultoria RiskOffice.

2) Hipótese: Projeção de Crescimento Real de Salário (Anual)

Valor: Não aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

3) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos salários

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte:-

Quantidade ocorrida no exercício encerrado:-

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido:-

Opinião do Atuário:-

Justificativa EFPC: -

4) Hipótese: Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade

Valor: 98% (compatível com uma inflação média de 3,6% ao ano, ao longo dos anos futuros). Quantidade esperada no exercício seguinte: 98%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 97%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A inflação de 2013, medida pelo IGP-M da FGV aplicado com 1 mês de defasagem, ficou próxima de 6% ao ano, ou seja, acima da inflação média anual de longo prazo adotado de 3,6% ao ano.

Opinião do Atuário: O Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios do Plano tem de se basear na projeção de inflação média ao longo dos anos de existência desse Plano e, no longo prazo, se espera que a inflação fique, até mesmo, abaixo do centro da atual meta de inflação de 4,5% ao ano estabelecida pelo Banco Central do Brasil.

Justificativa EFPC: O fator de capacidade utilizado atualmente é o de 0,98 (98%), ou seja, projeta uma inflação média anual de 3,6%, que se encontra dentro do referido campo de variação da meta de inflação apresentada pelo Banco Central do Brasil.

5) Hipótese: Rotatividade

Valor: Não Aplicável.

Quantidade esperada no exercício seguinte: -

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: -

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: -

Opinião do Atuário: -

Justificativa EFPC: -

6) Hipótese: Tábua de Mortalidade Geral

Valor: "qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%".

Quantidade esperada no exercício seguinte: 0,35.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 0.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3225/2013 de 06/11/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foram apresentados através do JM/3225/2013 de 06/11/2013, os estudos de aderência de tábuas de mortalidade, envolvendo a experiência observada na mortalidade de assistidos sem ser por invalidez, em períodos situados entre o início de 2006 e o final de 2012, tendo sido deli-

berado pelo Conselho Deliberativo da BASES a manutenção da Tábua de Mortalidade Geral “qx da AT-2000 (masculina) desagradada em 10%” nesta reavaliação atuarial de 31/12/2013, já que apenas no quinquênio 2007 a 2011 o nível de aderência dessa Tábua de Mortalidade ficou pouco abaixo de uma cobertura de 100% (ou 1,0000) com ambas as taxas reais de juros adotadas no estudo, bem como que, nos demais quinquênios, 2006 a 2010 (com ambas as taxas reais de juros adotadas no estudo) e 2008 a 2012 (com a taxa real de juros de 0%), o nível médio de aderência superou a 100% (ou 1,0000), merecendo destaque, ainda, que o nível médio de aderência dos últimos 3 quinquênios situados entre o início de 2006 e o final de 2012, ou seja, dos quinquênios 2006 a 2010, 2007 a 2011 e 2008 a 2012, ficou, também, acima dos 100% (ou 1,0000).

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefício comprovam a aderência da tábua de mortalidade geral AT- 2000 (masculina) desagradada em 10% a massa populacional do Plano e a referida tábua atende a exigência estabelecida no item 2 do Anexo a Resolução CGPC no 18 de 28/03/2006.

7) Hipótese: Tábua de Mortalidade de Inválidos

Valor: “ $q = q_x$ da AT-83 (masculina) desagra em 10%”.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1,07. Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/3225/2013 de 06/11/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Considerando que a mortalidade de inválidos seja algo mais forte que a dos não inválidos, indicamos a Tábua de Mortalidade de Inválidos “ $q_i = q_x$ da AT-83 (masculina) desagradada em 10%”, por ser uma Tábua de Mortalidade da mesma família da “qx da AT-2000 (masculina) desagradada em 10%”, só que com um nível de mortalidade algo mais elevado.

Justificativa EFPC: Os testes de aderência realizados pelo Atuário responsável pelo Plano de Benefícios comprovam a aderência da tábua de mortalidade de inválidos “ $q_x = q_x$ da AT-83 (masculina) desagradada em 10%” massa de inválidos do Plano e mantém correlação com o nível de mortalidade geral adotada.

8) Hipótese: Tábua de Entrada em Invalidez

Valor: LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 19.

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5.

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: A diferença entre a quantidade ocorrida e a esperada no exercício encerrado, está compatível com o teste de Aderência de Tábua de Mortalidade apresentada pelo JM/2060/2013 de 22/07/2013, considerando um período recente não inferior a 3 anos.

Opinião do Atuário: Foi apresentado, através do JM/2060/2013 de 22/07/2013, o estudo de aderência de tábuas de entrada em invalidez, que concluiu que a Tábua de Entrada em Invalidez LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100% e aceita para elaboração da avaliação atuarial do Plano, destacando ser necessário o acompanhamento permanente dos novos casos de entrada em benefício de aposentadoria por invalidez para avaliar essa hipótese biométrica.

Justificativa EFPC: A Entidade optou pela alteração da Tábua de Entrada em Invalidez para a LIGHT (FORTE) AGRAVADA EM 100%, sugerida pelo atuário responsável pelo plano de benefícios, por esta apresentar aderência ao Plano Misto da BASES, conforme teste apresentado na JM/2060/2013 de 22/07/2013.

9) Hipótese: Composição de Família de Pensionistas

Valor: Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 1

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 1

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O esperado para o exercício seguinte toma

por base o ocorrido no exercício encerrado, que foi calculado considerando a média dos beneficiários vitalícios por participante/grupo de pensionistas.

Opinião do Atuário: É adotada a Família Efetiva para os Benefícios de Aposentadorias e Pensões por Morte já Concedidos, com base no cadastro da BASES. Dessa forma, tão somente os Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos estão sendo avaliados pela Composição de Família correspondente a Experiência Regional periodicamente revista.

Justificativa EFPC: Durante o exercício de 2013, a BASES deu continuidade ao recadastramento das famílias de dependentes-beneficiários e, acatando recomendação do atuário responsável pelo plano de benefícios, manteve a alteração da hipótese de composição de família de pensionistas de “experiência regional” para “família efetiva”, aplicável aos benefícios de já concedidos.

10) Hipótese: Indexador do Plano

Valor: IGP-M da FGV (aplicado com 1 mês de defasagem). Quantidade esperada no exercício seguinte: 3,6%

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5,61%

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: O índice de 5,61% corresponde ao IGP-M da FGV, de dezembro/2012 a novembro/2013, aplicado sobre os benefícios, com um mês de defasagem. Deve-se destacar que o indexador esperado para o exercício seguinte corresponde a uma estimativa, com base na hipótese do Fator de Determinação do valor real ao longo do tempo dos Benefícios da Entidade.

Opinião do Atuário: O indexador do Plano é o que está estabelecido em Regulamento para reajustar os benefícios de prestação continuada, correspondendo a um nível oficial de inflação, calculado pelo IGP-M, que expressa a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores.

Justificativa EFPC: Em conformidade com o Regulamento de Benefícios do Plano, o IGP-M da FGV é o Indexador estabelecido para recompor o valor dos benefícios de prestação continuada.

11) Hipótese: Entrada em Aposentadoria

Valor: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Quantidade esperada no exercício seguinte: 277

Quantidade ocorrida no exercício encerrado: 5

Comentário sobre divergência entre esperado e ocorrido: Não aplicável.

Opinião do Atuário: Considerando a modalidade em que é estruturado, o Plano, o valor das Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder é calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

Justificativa EFPC: Concordamos com as colocações apresentadas na Opinião do Atuário.

Seção dos Benefícios

1) Benefício: Aposentadoria por Tempo de Contribuição

Quantidade de benefícios concedidos: 44

Valor médio do benefício: R\$ 2.204,88

Idade média dos assistidos: 62 anos

2) Benefício: Aposentadoria por Invalidez

Quantidade de benefícios concedidos: 167

Valor médio do benefício: R\$ 1.521,59

Idade média dos assistidos: 57 anos

3) Benefício: Pensão

Quantidade de benefícios concedidos: 13

Valor médio do benefício: R\$ 1.993,87

Idade média dos assistidos: 51 anos

NOTA: Estatísticas obtidas a partir do cadastro fornecido pela BASES.

PMBC**CD**

Saldo de Conta dos Assistidos: -

BD

VABF Programados- Assistidos: R\$ 13.733.373,44

VABF Não Programados- Assistidos: R\$ 53.995.166,11

PMBaC**CD (*1)**

Saldo de Contas- parcela Patrocinador ou Instituidor: R\$ 17.173.306,93

Saldo de Contas- parcela Participantes: R\$ 94.724.517,60

(*1) Como se trata de Benefício que, ao ser concedido se converte em Benefício Definido, há necessidade de que esse saldo seja base de cálculo do limite máximo de 25% das Provisões Matemáticas estabelecido para Reserva de Contingência, em caso de sua existência, e, neste contexto, deveria ser analisada, a reclassificação desses saldos de contas como sendo BD e não CD.

BD Capitalização Programado:

VABF: R\$ 35.244.704,58

VACF Patrocinadores: R\$-

VACF Participantes: R\$-

BD Capitalização Não Programado:

VABF: R\$ 5.176.828,04

VACF Patrocinadores: R\$ (747.760,91)

VACF Participantes: R\$-

Custo do Ano

% Custo Normal x (13 x Folha de Salário de Participação de Participantes Não Assistidos)

7,327% X (13 X R\$ 3.284.156,78) = R\$ 3.128.192,17

Seção das Provisões Matemáticas a Constituir e Contratos:**Déficit Equacionado**

Patrocinador:

Valor: -

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo:-

Assistidos:

Valor: -

Prazo:-

Serviço Passado

Patrocinador:

Valor:-

Prazo:-

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Outras Finalidades:

Patrocinador:

Valor: -

Prazo: -

Participantes ativos:

Valor: -

Prazo: -

Assistidos:

Valor: -

Prazo: -

Seção do Patrimônio de Cobertura do Plano

Patrimônio de Cobertura do Plano: R\$ 233.829.408,91 (*1)

Insuficiência de Cobertura do Plano:

(*1) Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES.

Seção dos Fundos Previdenciais Atuariais:

Finalidade: O Fundo Previdenciário de Resíduo de Reserva guarda relação com a perda da condição de participante do Plano Misto de Benefícios da BASES, deixando disponíveis recursos que não mais serão passíveis de serem resgatados ou portados ou de gerarem benefícios.

Fonte de Custeio: i) Saldo, devidamente atualizado, de recursos oriundos da Provisão Matemática Programada de Benefícios a Conceder - Subconta Patrocinador em razão de não reais serem passíveis de serem destinados a Resgate, Portabilidade ou Pagamento de Benefícios dos que perderem a condição de participante do Plano; e ii) outros saldos, devidamente atualizados, existentes e não discriminados anteriormente, compatíveis com a natureza desse Fundo e previstos em Nota Técnica Atuarial.

Recursos Recebidos no Exercício: R\$ 15.458,43 (*1)

Recursos Utilizados no Exercício: -

Saldo: R\$ 204.779,73 (*1)

(*1) Valores informados pela BASES.

Subseção dos fundos previdenciais de destinação e utilização de reserva especial para revisão de plano:

Patrocinador: -

Participantes Ativos: -

Assistidos: -

Resultado positivo do exercício: R\$ -

Resultado negativo do exercício: R\$ 3.017.381,38 (*1)

Déficit Técnico: R\$-

Reserva de Contingencia: R\$ 14.529.273,12 (*1) Reserva Especial para Revisão de Plano: R\$-

(*1) Valores obtidos a partir dos valores dos Patrimônios de Cobertura do Plano de 31/12/2012 e de 31/12/2013 informados pela BASES.

Plano de Custeio

1) Contribuições Previdenciais Normais do Patrocinador:

% Contribuição do Patrocinador x (13 x Folha de Salário dos Participantes Ativos do Plano)
 $3,400\% \times (13 \times R\$ 3.284.156,78) = R\$ 1.451.597,30$

2) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Equacionamento de Déficit: -

3) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Serviço Passado: -

4) Contribuições Previdenciais Extraordinárias do Patrocinador- Outras Finalidades: -

5) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Ativos:

% médio de Contribuição Normal do Participante Ativo X (13 X Folha de Salário dos Participantes Ativos)
 $3,927\% \times (13 \times R\$ 3.284.156,78) = R\$ 1.676.594,88$

6) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Equacionamento de Déficit:-

7) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Serviço Passado:-

8) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Participantes Ativos- Outras Finalidades:-

9) Contribuições Previdenciais Normais dos Participantes Assistidos:-

10) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Equacionamento do Déficit:-

11) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Serviço Passado:-

12) Contribuições Previdenciais Extraordinárias dos Assistidos- Outras Finalidades:-

13) Utilização de fundo de reversão de saldo por exigência regulamentar:-

14) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Patrocinador:-

15) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Participantes:-

16) Utilização de fundo de destinação de Reserva Especial- Assistidos:-

17) Início de vigência do plano de custeio: 1º de abril de 2014.

Parecer Atuarial do Plano Misto

1. Custos para o exercício seguinte em relação ao anterior:

1) A aplicação da metodologia de cálculo atuarial estabelecida para os participantes do Plano Misto de Benefícios da BASES, utilizando as hipóteses atuariais apresentadas nestas Demonstrações Atuariais (D.A.) e o cadastro de participantes fornecido pela BASES, resultou no custo total de 7,327% da Folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos.

2) O custo total reavaliado de 7,327% da Folha dos Salários de Participação dos Participantes Não Assistidos será custeado, no exercício de 2014, dentro dos parâmetros definidos no Regulamento do Plano Misto de Benefícios da BASES, que mantém as alíquotas vigentes tanto para os participantes quanto para o Patrocinador.

3) A Contribuição Normal Vigente, atuarialmente determinada, de 7,327% da folha do Salário Real de Contribuição corresponde exatamente ao Custo Normal atuarialmente verificado ao final de 2013, de 7,327% da folha do Salário de Participação dos Participantes Não Assistidos. Tal fato significa que a Contribuição Normal que vem sendo praticada guarda conformidade como Custo Normal reavaliado no encerramento do exercício de 2013.

2. Variação das Provisões Matemáticas no exercício encerrado em relação ao exercício anterior:

As variações do Passivo Atuarial (Provisões Matemáticas) deste Plano do final do ano de 2012 para o final do ano 2013, considerando a evolução das suas principais grandezas, é a seguinte (em R\$):

Referência	(valores em R\$)	31/12/2012	31/12/2013	Variação
Provisão de Benefícios Concedidos		59.125.426,98	67.728.539,55	14,55%
Provisão de Benefícios a Conceder		147.096.889,06	151.571.596,24	3,04%
Provisão Matemática a Constituir		-	-	-
Provisões Matemáticas (Passivo Atuarial)		206.222.316,04	219.300.135,79	6,34%

3. Principais riscos atuariais e, se for o caso, medidas para sua mitigação:

1) A situação financeiro-atuarial do Plano Misto de Benefícios Previdenciários (MISTO N° 001) da BASES, em 31/12/2013, utilizando os mesmos regimes/métodos de financiamento atuarial e as mesmas hipóteses atuariais, em conformidade com o posicionamento apresentado pelos patrocinadores, com exceção da adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte Agravada em 100%, considerando que estão sendo mantidas no exercício de 2014, as contribuições normais vigentes (e, nesse contexto, não está sendo utilizada qualquer parcela do resultado acumulado no exercício anterior e contabilizado como reserva de contingência para reduzir contribuições vigentes, na forma da Instrução Normativa N° 28/2008 de 30/12/2008 - D.O.U. de 31/12/2008), apresentou um Superávit Técnico Acumulado de R\$ 14.529.273,12, equivalente a 6,21% do Patrimônio de Cobertura do Plano, então existente, de R\$ 233.829.408,91.

2) A rentabilidade líquida do ano de 2013, medida pela variação do valor da cota da BASES ocorrida durante o ano de 2013, informada pela BASES, foi de 7,59%, contra uma meta atuarial de rentabilidade líquida de 10,81%, corresponde ao IGP-M da FGV acumulado de dezembro/2012 a novembro/2013, utilizando um mês de defasagem, acrescido de juros reais equivalentes a 5% ao ano o que, em termos reais, representou obter uma rentabilidade líquida de 2,91% contra uma meta atuarial de 5% ao ano, adotada como expectativa atuarial de taxa real de juros. O indexador IGP-M da FGV é aplicado com 1 (um) mês de defasagem. A adoção do IGP-M da FGV como indexador atuarial do plano decorre do fato desse índice ser o previsto no Regulamento do Plano Misto para reajuste dos benefícios de prestação continuada desse Plano.

3) Foram utilizadas as seguintes hipóteses atuariais:

- i) Tábua de Mortalidade Geral: qx da AT-2000 (masculina) desagravada em 10%.
- ii) Tábua de Mortalidade de Inválidos: q= qx da AT-83 (masculina) desagravada em 10%.
- iii) Tábua de Entrada em Invalidez: Light Forte Agravada em 100%.
- iv) Taxa real de juros/desconto: 5% ao ano.
- v) Projeção de Crescimento Real de Salários: Mantida em 0% ao ano.
- vi) Em relação a composição familiar, está sendo adotada a Família Efetiva nos Benefícios Concedidos de Aposentadorias e Pensões por Morte e Experiência Regional, revista periodicamente, nos Benefícios a Conceder aos Participantes Não Assistidos.
- vii) Fator de determinação do valor real dos benefícios da entidade ao longo do tempo: 98% (compatível

com uma inflação anual média de 3,6% ao longo dos anos remanescentes de existência desse Plano).
viii) Entrada em aposentadoria: Calculado considerando que a entrada em gozo de aposentadoria programada do participante não assistido se dará no 1º momento em que ele preencha as condições para recebimento do benefício pleno, ou seja, sem aplicação de qualquer redução.

4. Qualidade da Base Cadastral Utilizada:

Com relação aos valores registrados como Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder, e como Superávit Técnico Acumulado, devidamente registrado como Reserva de Contingência, atestamos que os mesmos foram avaliados por esta Consultoria Atuarial Independente, adotando as hipóteses atuariais e os métodos de financiamento apresentados nesta D.A. e, bem como utilizando os dados contábeis e cadastrais que nos foram enviados pela BASES, sendo que os dados cadastrais foram objeto de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais do exercício anterior, a qual submetemos a referida Entidade Fechada de Previdência Complementar para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, tão somente após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2013, refletida nesta D.A..

5. Variação do resultado superavitário ou deficitário no exercício encerrado, apontando as causas mais prováveis:

Referência	Valor
Superávit Técnico Acumulado do exercício de 31/12/2012 evoluído pela meta atuarial para 31/12/2013 (*1)	R\$ 19.457.485,18
Diferença entre o Patrimônio de Cobertura do Plano informado pela BASES para 31/12/2013 e o valor do Patrimônio de Cobertura do Plano de 31/12/2012 evoluído para 31/12/2013 considerando como se tivesse sido alcançada apenas a meta atuarial de rentabilidade	R\$ (4.787.202,17)
Adoção da Tábua de Entrada em Invalidez Light Forte Agravada em 100%	R\$ (110.841,66)
Outros Resultados Atuariais Líquidos de origens diversas e pulverizadas (*2)	R\$ (30.168,23)
Superávit Técnico Acumulado Apurado na Reavaliação Atuarial de 31/12/2013 (*3)	R\$ 14.529.273,12

(*1): R\$ 19.457.485,18 = 17.546.654,50 x 1,1089 (tomando como indexador o IGP-M, aplicado com 1 mês de defasagem).

(*2): Equivale a aproximadamente 0,014% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 219.300.135,79 e consiste em desvios líquidos pulverizados e de origem diversas entre as hipóteses atuariais e o ocorrido no exercício, sendo relevante destacar a hipótese de crescimento real de salário.

(*3): Equivalente a 6,63% do valor total das Provisões Matemáticas obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$ 219.300.135,79. Sendo equivalente a 13,53% do valor das Provisões Matemáticas, classificado na modalidade de Benefícios Definidos, obtido na Reavaliação Atuarial do exercício de 2013, que foi de R\$107.402.311,26.

6. Natureza conjuntural ou estrutural do Resultado Acumulado:

Considerando que o Superávit Técnico Acumulado apurado em 31/12/2013, nos termos da legislação vigente, por estar abaixo dos 25% (vinte e cinco) do total do Exigível Atuarial, mostra-se registrado como Reserva de Contingência, cujo objetivo é o de dar cobertura a contingência de vir a ocorrerem desvios desfavoráveis nas hipóteses atuariais ao longo dos anos futuros, a luz da legislação vigente, ele é entendido como sendo conjuntural, não sendo, portanto, passível de destinação e utilização facultativa ou obrigatória.

7. Adequação dos métodos de financiamento aplicados no caso do regime financeiro de capitalização:

Considerando tratar-se de um Plano com Benefícios estruturados em Contribuição Variável e Benefício Definido, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão de Capitalização Individual e adotado para financiar os Benefícios de Renda Mensal de Aposentadoria por Tempo de Serviço ou idade e Pecúlio Especial por Invalidez. E, o método atuarial de financiamento de Capitalização na versão Agregado para os Benefícios de Suplementação de Aposentadoria por Invalidez e Pensão por Morte, o que é plenamente adequado ao financiamento do Plano.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2014

JOSÉ ROBERTO MONTELLO - ATUÁRIO MIBA 426

Relatório dos Auditores Independentes

Aos Diretores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da
FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL -BASES

Examinamos as demonstrações contábeis da FUNDAÇÃO BANES DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas das mutações do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, bem como as demonstrações individuais do ativo líquido por plano de benefício, das mutações do ativo líquido e das obrigações atuariais para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC, e pelos controles internos que ela determinou como necessárias para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas e individuais, por plano de benefício, anteriormente referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da FUNDAÇÃO BANEB DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES e individual por plano de benefício em 31 de dezembro de 2013 e o desempenho consolidado e por plano de benefício de suas operações para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar- CNPC.

Salvador, 17 de março de 2014.

PERFORMANCE

AUDITORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL SOCIEDADE SIMPLES CRC-2BA - 00710/0
JOSÉ RENATO MENDONÇA/ DIRETOR RESPONSÁVEL/ CRC - IBA 9.709/0-9

Parecer do Conselho Fiscal

O CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas nos incisos II e V do art. 52 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de março de 2014, para analisar e emitir parecer sobre os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2013, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, e considerando ainda o Parecer do Atuário e o Relatório do Auditor Independente, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2013.

Salvador (BA), 25 de março de 2014.

Magnoneide Matos da Silva
Presidente

Edvaldo Oliveira Souza Filho
Conselheiro

Manifestação do Conselho Deliberativo

O CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL – BASES, no cumprimento de suas atribuições, contidas no inciso V do art. 38 do estatuto vigente, reuniu-se na sede da Entidade, aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março de 2014, para analisar os relatórios e demais documentos pertinentes aos demonstrativos contábeis, referentes ao exercício social de 2013, compostas do: Balanço Patrimonial consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa consolidada, Demonstração do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por plano de benefício previdencial, Demonstração das Provisões Técnicas por plano de benefício previdencial e respectivas Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Com base no exame desses documentos, complementados por informações e esclarecimentos prestados por membros da Diretoria Executiva da BASES, alicerçado ainda nos Pareceres do Atuário, do Relatório do Auditor Independente e do Parecer do Conselho Fiscal, homologa a aprovação do Relatório Anual e Prestação de Contas, contidos nas Demonstrações Contábeis da BASES relativos ao exercício de 2013.

Salvador (BA), 28 de março de 2014.

Lauzimar Gomes Lima
Presidente

Ezequiel dos Anjos
Conselheiro

Antônio Alberto Pinto Brandão de Souza
Conselheiro

Fernando Santos Braga
Conselheiro

Eduardo Augusto Furtado Correa
Conselheiro

José Leandro Gomes
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL DE INFORMAÇÕES 2013

Publicação produzida pela área de Comunicação da Fundação BASES e dirigida a seus participantes e assistidos

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Eliana Gentili (MTBA- n.º 2694)



bases

FUNDAÇÃO BANEDE DE
SEGURIDADE SOCIAL

*planejar para
viver melhor*

FUNDAÇÃO BANEDE DE SEGURIDADE SOCIAL- BASES

Rua da Grécia, n.º 8, Ed. Serra da Raiz, 9º andar,

Comércio CEP.: 40.010-010 Salvador- BA

Fones: 71 3319-6300

www.bases.org.br